

1 **REUNIÃO CT-GERCO - 18 de setembro de 2020, MEMORIA DA 6ª REUNIÃO.**

2 Reunião realizada em 18 de setembro de 2020, localizado no link
3 <https://us02web.zoom.us/j/5449194161?pwd=OTg5M0hObHltWlpSMVk4bnR6Wi94dz09>,
4 programa/

5 Aplicativo Zoom, dando início às 09:15h e término às 12:15h, após o registro fotográfico de
6 membros presentes.

7 Participaram dessa reunião:

8 **Rosana Maria Bara Castella, secretária executiva do COLIT** (Conselho de Desenvolvimento
9 Territorial do Litoral Paranaense).

10 **Lucie Winter, representante da SPU-PR** (Superintendente do Patrimônio da União do Paraná),
11 que faz a gestão de toda ORLA em todas as águas públicas da União.

12 **Daniel Telles, Professor do centro de estudos do mar, representa a Universidade Federal do**
13 **Paraná** na titularidade atual da cadeira, também está no COLIT e faz parte do grupo de integração
14 de gerenciamento Costeiro representando as universidades, sendo seu suplente o professor Tiago,
15 que não estava presente, mas que dialoga permanentemente sobre os acontecimentos da Câmara
16 Técnica.

17 **Mauricio Martins, convidado da Lucie Winter, entrada na SPU-PR** (Superintendente do
18 Patrimônio da União do Paraná), sendo também da Universidade Federal do Paraná, tendo
19 conhecimento sobre o litoral do Paraná.

20 **Carlos Storer, representante da SEDU/Paranacidade** (Secretaria de Estado do
21 Desenvolvimento Urbano/Paranacidade).

22 **Dailey Fischer, representante do Maternatura da CT-GERCO** e representante suplente do
23 Maternatura no COLIT.

24 **Danielle Tortato, suplente do Instituto das Águas do Paraná**, sendo hoje o então Instituto Água
25 e Terra, da Diretoria de Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos.

26 **Larisseane, advogada, não efetiva, somente acompanhar a reunião e repassar para o efetivo**

27 **João Batista, representante da SEDEST** (Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e
28 Turismo), e do CEMA (Conselho Estadual do Meio Ambiente).

29 **Evandro Pinheiro, Paraná Turismo**

30 **Priscila Cavalcante, promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná, do**
31 **GAEMA** (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo) /
32 Paranaguá.

33 **Daniele Prim do ITCG.**

34 **Rosângela Maria Costa Frega, do IAT** (Instituto Água e Terra), suplente do CT-GERCO
35 (Câmara Técnica de Gerenciamento Costeiro), tendo como o titular Everton.

36 Professor Daniel Telles - Bom dia a todos, acho que podemos começar agora, Rosana você
37 poderia fazer a abertura e peça para que o pessoal se apresente com o nome e órgão que
38 representa, lembrando que o Conselho Técnico não é político, tem que ter vínculo efetivo com a
39 instituição. (As apresentações estão acima). Secretária Executiva Rosana Maria Bara Castella -
40 Bom dia a todos vamos dar início a nossa reunião da CT-GERCO, de acordo com a pauta, a
41 primeira parte da pauta. Então vamos pedir para todo mundo se apresentar, quem está dentro da
42 reunião de acordo com o que foi indicado dentro da CT-GERCO na resolução 43, podemos
43 começar por eu mesmo. Estamos tocando essa Câmara Técnica para construir um plano de
44 gerenciamento Costeiro para o nosso estado com seus instrumentos de gestão. Professor Daniel
45 Telles - É importante que a gente lembre que a Câmara Técnica tem a resolução de criação

46 implementação e regimento, onde estão constantes ali os membros. A gente já discutiu isso em
47 outras reuniões, que não há problemas em participações externas elas são bem-vindas, desde que
48 tenha um propósito técnico ou de repassar para os que não podem estar presentes. Mas importante
49 que a gente faça essa checagem, para que tenha uma discussão técnica e propositiva, que é o
50 intuito da Câmara Técnica atuar, como um braço técnico do conselho do litoral e avançar nas
51 pautas que temos com relação à Gestão Costeira do Paraná. Como a Larisseane colocou, ela é
52 representante do efetivo e não de fato uma cadeira, sendo bem importante ter esses
53 esclarecimentos e aplicá-los como hábito na agenda de gestão. Promotora de Justiça Priscila
54 Cavalcante - Eu estou aqui na condição de convidada, só gostaria de reportar um pouco, porque
55 reiteradamente aqui no CT-GERCO se percebe uma imensa dificuldade de se entender o que
56 significa ser membro de uma Câmara Técnica, sendo um grupo técnico. Durante muitos anos o
57 COLIT teve um grupo de apoio muito efetivo de pessoas consultadas de pessoas efetivas, que fez
58 o trabalho que tinham que fazer, um trabalho eminentemente técnico de avaliar o
59 macrozoneamento e a compatibilidade de empreendimentos, sejam eles pequenos ou maiores, com
60 macrozoneamento do litoral do Paraná, a legislação de 82 e 89, isso foi feito durante muito tempo
61 de forma adequada e tranquila. Depois, durante uma segunda Era de imensa dificuldade na qual o
62 COLIT foi utilizado como um grupo eminentemente político, com decisões realizadas por pessoas
63 apontadas politicamente sem nenhum respaldo técnico, que inclusive tratavam de licenciamento
64 ambiental o que não era previsão legal. Esse grupo político era o pleno, ele nomeou um grupo
65 técnico na qual faziam parte dos comissionados e efetivos, mas na prática apenas os
66 comissionados aqui elaboravam “pareceres”, por que normalmente terão informações bastante
67 rasas e superficiais, que praticamente 100% dos casos concordavam com licenciamentos
68 ambientais, muitos deles regulares e que foram objetos, sejam elas ações públicas, outras de ações
69 criminais e outras de ações de improbidade, mas enfim muitos de recomendação administrativa.
70 Então a expectativa é de que a CT-GERCO não incorra no mesmo erro, o que significa isso é uma
71 reunião pública, obviamente como reunião pública as pessoas podem participar não tem nenhum
72 problema, também não existe nenhum tipo de hierarquia entre servidores efetivos e
73 comissionados, todos são muito bem-vindos, todos são respeitados, todos são servidores públicos
74 e com certeza vão cumprir a Constituição Federal, constituição Estadual e todas as normas
75 ambientais. O problema é que como é uma câmara técnica, ela tem um corte técnico, assim como
76 é proibido licenciamento ambiental assinado no parecer conclusivo por pessoas que não são do
77 quadro efetivo, também não é permitido que essa composição com votação e etc. Seja feito por
78 pessoas que não são enfim desse quadro, e é óbvio que existe o regime jurídico diferente dentro do
79 próprio estado a situações, enfim a em um estado outras entidades que têm regimes jurídicos
80 diferentes, mas via de regra quando se trata por exemplo de administração direta ou indireta no
81 caso autarquia, é possível sim que se tenha pessoas do quadro, é bem importante diferenciar
82 aqueles membros efetivos, que tem direito a voto. E eu até solicito Rosana, se você pudesse então
83 só rever a última versão da portaria da resolução para assegurar de que esses membros realmente
84 cumprem essas características, para que o eventual voto, eventual participação seja mitigada em
85 relação a quem as pessoas realmente são, se elas estão passando aí pelo crivo da legalidade. A
86 gente já falou sobre isso várias vezes, desde o começo das reuniões e então é bem importante
87 lembrar disso, como eu falei antes, não significa que o aporte técnico não possa vir por intermédio
88 de participação, de informação e toda capacitação, toda experiência é muito bem-vinda. Não é
89 hierarquização, agora quando se trata de um parecer técnico ou uma vocação isso realmente
90 precisa passar pelo crivo da legalidade, é bom sempre lembrar, é importante rever esta última

91 versão de portaria de resolução e também fazer esse escrutínio em um momento de eventual
92 votação se for o caso, para assegurar de que o princípio da legalidade, impessoalidade, publicidade
93 e eficiência sejam sempre cumpridos, bom muito obrigado. Professor Daniel Telles - Nós vamos
94 precisar rever essa questão de oposição, sobretudo com a situação do IAT (Instituto Água e Terra)
95 e como vai redirecionar no regimento a composição, mesmo incluir eventuais membros técnicos
96 de suma importância como a ANTAQ (Agência Nacional de Transporte Aquáticos), por exemplo,
97 a gente nota que não foi incluída na primeira composição da CT-GERCO e precisamos do apoio
98 técnico dessas instituições para qualificar tomada de decisão, que anda muito problemática desde
99 os tempos dessa última fase do COLIT, precisa combater esse tipo de situação para dar segurança
100 jurídica para a gestão territorial do litoral, o que precisa é abrir uma agenda talvez de revisão dessa
101 composição da Câmara Técnica e a partir daí a secretaria executiva, Rosana, vai fazendo uma
102 listagem dos membros efetivos, seus vínculos, seus prazos suplências para que essa comunicação
103 não fique tão problemática em cada reunião. Secretaria executiva Rosana Castella - Na verdade
104 Daniel, o Instituto das águas, ele consta dentro da resolução, ele foi solicitado titular e suplente,
105 que seria o Scroccaro titular e a Danielle Tortato a suplente. O que foi informado quando eu
106 mandei para ele, que teria que ser uma pessoa efetiva, ele me falou que não tinha no quadro
107 efetivo por estar se aposentando, que seria esses membros que queriam ser os representantes dos
108 institutos das águas. Então só para esclarecer, eles fazem parte da resolução. Professor Daniel
109 Telles - No regimento do artigo terceiro da Câmara Técnica, a composição IAP, debate do ITCG
110 (Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná), Instituto de Águas, indiretamente o IAT
111 (Instituto Água e Terra) está ali preciso que o Instituto de a devida seriedade e encaminhe os
112 nomes oficiais de titularidade suplente, e se eventualmente não puder comparecer, vão justificar
113 sua ausência e aí enviar um representante que os repasse as informações, sem problema nenhum.
114 Secretaria executiva Rosana Bara Castella - A Rosângela eu acho que é chefe de Paranaguá, ela
115 também é efetiva e ela foi indicada também, só que ela participou da outra reunião, mas só essa
116 que ela não participou, não sei, não me avisou nada, não sei se ela conseguiu entrar no link aqui,
117 estou tentando até mandar um link para ela, então eu acho que está tudo de acordo assim sabe.
118 Promotora de Justiça Priscila Cavalcante - É só entre em contato então, com as pessoas que talvez
119 não tem unido a resolução ou que tenham alguma dificuldade de entender o que significa o artigo
120 que fala sobre ser efetivo, para que retifique e encaminhe os membros efetivos, porque de fato eles
121 existem, eles foram incorporados ao IAT (Instituto Água e Terra), mas eles existem, óbvio que
122 eles existem. Então vamos respeitar a norma e ratificar a resolução, trazendo as pessoas que
123 efetivamente precisam estar com o poder de voto como membros efetivos, sem prejuízo de
124 qualquer outro servidor público que quiser assistir a reunião participe, porque ela é pública. Não
125 tem segredo aqui, mas assim é bem importante que a resolução seja retificada e não há motivo
126 para depois de quantos anos? 2 anos de criado como Câmara Técnica, isso não está resolvido.
127 Secretaria executiva Rosana Bara Castella - Na verdade o IAT (Instituto Água e Terra) foi esse
128 ano que saiu a lei instituindo o IAT (Instituto Água e Terra), por isso que agora que encaminhou
129 até um ofício solicitando inclusive no COLIT, que ficou o IAT (Instituto Água e Terra) então, não
130 tem mais o Instituto das águas, não tem mais o ITCG (Instituto de Terras, Cartografia e Geologia
131 do Paraná), não tem mais o IAP dentro do COLIT, ficou o IAT (Instituto Água e Terra) que tem
132 um representante, só que já foi enviado a resposta do Everton, que é o Scroccaro que é o
133 representante do COLIT dentro do IAT (Instituto Água e Terra) todo, então hoje o instituto das
134 águas e todos são um só e isso vou ter que fazer dentro da resolução 43, só que vou ter que refazer
135 então a resolução, de acordo com a resolução é esses que estão indicados, temos que fazer uma

136 retificação. Promotora de Justiça Priscila Cavalcante - Como esses indicados, eles não estão de
137 acordo com a resolução e isto está errado tecnicamente, então eles precisam indicar as pessoas que
138 estariam de acordo com a resolução, essa indicação, ela não cumpre o texto da resolução, indica os
139 novos que estão de acordo com a resolução sem prejuízo de ser uma audiência pública, em que as
140 pessoas podem participar. Só que elas não podem tecnicamente se comportar como membros,
141 então primeiro retifica os membros que não estão de forma adequadas e na sequência pode-se
142 rever a resolução para enfim unificar né o instituto de água. Secretaria executiva Rosana Bara
143 Castella - Na verdade, vai ter que rever a resolução primeiro, porque não existe mais esses
144 institutos, então vai ter que rever a resolução, por isso que eu fiquei meio que estagnada nesse
145 ponto, porque tem que primeiro fazer a revisão da resolução. Promotora de Justiça Priscila
146 Cavalcante - Não, na verdade não, o que se precisa é ter membros efetivos trabalhando na Câmara
147 técnica efetiva primeiro. Secretaria executiva Rosana Bara Castella - Sim, mas como é que eu vou
148 mandar o ofício para ele pedindo a representação, se não existe mais esse instituto das águas,
149 instituto de IAP, não existe mais, então tenho que fazer é retificar a resolução, para poder entrar de
150 acordo com ela, por isso que não foi feito ainda esse expediente. A hora que tiver essa resolução
151 novamente, posso estruturar essa parte, mas acredito que os outros todos estão corretos. Advogada
152 Larisseane (substituindo João CEMA) - Não tenho conhecimento sobre a totalidade da resolução,
153 mas ela exige o mínimo de membros? Por que considerando que o IAT (Instituto Água e Terra)
154 eram três órgãos que ficou em um só, teriam que achar mais dois órgãos para suprir esses dois
155 outros lugares, tem que pensar nisso tudo quando for fazer essa nova resolução. Não sei se foi
156 pensado já, não sei se isso é importante. Professor Daniel Telles - Na verdade é boa essa colocação
157 Larisseane, porque no ponto de vista da paridade numérica que não quer dizer tudo, já tem
158 membros a mais do representante do Governo do Estado, então não seria um problema se diminuir
159 o número de cadeira. Por outro lado, a gente precisa do know-how técnico, daqueles profissionais
160 que atuam compromissados independente de interesse de mandato na câmara, então assim quem é
161 que está dentro de cada Secretaria dentro do atual IAT (Instituto Água e Terra), que possa falar
162 sobre os assuntos que vão se discutir aqui nesta câmara, saneamento, conservação, licenciamento e
163 etc. é isso que a gente precisa, qualidade técnica. Governo do estado do Paraná continua evitando
164 uma boa governança, porque eles não se preocupam com isso, ele tem que dar atenção para esse
165 tipo de fluxo decisório para que não se judicialize e crie distorções sobre os projetos, que a gente
166 tanto pretende desenvolver no litoral do Paraná, então assim de repente agora como sugestão, a
167 gente pode criar um grupo de revisão da composição do artigo 3º do Regimento. Agora quem
168 quiser, acho que não é uma questão de se voluntariar, mas nós precisamos de uma representação
169 oficial do IAT (Instituto Água e Terra), o IAT (Instituto Água e Terra) está presente? Com algum
170 efetivo? Seria bom se manifestar. Então a gente precisa principalmente do IAT, expondo
171 tecnicamente quem são as secretarias dentro do Instituto, que precisam estar na CT-GERCO de
172 acordo com a interpretação deles. Suplente do IAT Danielle Tortato - Daniel, eu sou suplente e sou
173 cargo comissionado, então eu não me enquadro como está a resolução, no passado quando foi
174 solicitado os representantes para o Instituto das águas o Scroccaro me colocou, porque eu sou
175 bióloga porque aqui dentro do Instituto teria maior interatividade com o assunto por ser bióloga. O
176 Scroccaro também não é efetivo, uma vez que ele é aposentado do estado e hoje comissionado e
177 com a indicação atual de como ela está, eu estaria representando o Instituto das Águas que não
178 existe mais, mas que hoje faz parte do IAT (Instituto Água e Terra), eu não sei se tem mais alguém
179 que seria o representante do antigo IAP (Instituto Ambiental do Paraná) ou do ITCG (Instituto de
180 Terras, Cartografia e Geologia do Paraná). Professor Daniel Telles - Vamos deixar como

181 encaminhamento, Obrigada Danielle. Vamos deixar como encaminhamento que a secretaria
182 executiva oficia o IAT, manifestando-se qual será a representação, nome e titularidade suplente
183 para CT-GERCO. Suplente do IAT Danielle Tortato - Eu entrei um pouco atrasada, me desculpem
184 eu não estava conseguindo, o ID não estava dando válido para eu entrar, não peguei o assunto
185 inicial e também estou no CT-GERCO como suplente, o titular é o Everton e com certeza eu creio
186 que deveríamos rever realmente essa composição, esses representantes, é porque agora o IAT é
187 um órgão só, nós éramos enquanto IAP, a Dani quanto Instituto das águas, então teremos que
188 rever agora com relação à situação do IAT está bom. Secretaria executiva Rosana Bara Castella -
189 Isso, está ok, eu já a revi dentro do COLIT, porque como o COLIT ainda está sendo reformulado e
190 não saiu ainda a resolução, então eu pude fazer isso dentro do COLIT e já está consertado, está até
191 na internet, indicado oficialmente que é o Scroccaro e aqui dentro da câmara técnica só não alterei,
192 como estou explicando, tem que mexer na resolução, mudar o nome e colocar IAT, para poder
193 mandar um ofício e realmente consertar as indicações. Professor Daniel Telles - A Rosângela e a
194 Danielle se manifestaram, acho que tem o pessoal que não pode estar presente hoje, mas não
195 justificou. Seria importante a Prim, que levasse junto ao IAT, mas é importante oficia, é necessário
196 oficia Rosana e a gente ter aí os nomes do IAT, sugerindo que substituam ou alguma coisa
197 semelhante ao IAP e ITCG e Águas, essas três cadeiras, então eles têm o direito de estar
198 apontando os nomes técnicos e efetivos de titularidade e suplência, a gente vai ter a composição
199 adequada, isso não impede convites e representações em reuniões de outros nomes. Mas para a
200 gente organizar a Câmara Técnica está bom, podemos deixar assim gente? Alguém tem alguma
201 sugestão? Promotora de Justiça Priscila Cavalcante - Rosana caso haja alguma dúvida, embora a
202 resolução tenha em cerca de dois anos e é uma questão bastante simples, cuja leitura literal é bem
203 tranquila de se entender, o que é um servidor efetivo, mas assim é bom lembrar que a CT-
204 GERCO, ela não é um espaço decisório tá, ela não é um espaço de elaboração de políticas
205 públicas, de nem de decisão, ela é um espaço eminentemente técnico, é uma Câmara Técnica,
206 então o que se faz aqui é apenas uma análise técnica, com apresentações técnicas, recomendações
207 e orientações. É um espaço técnico, não é um órgão licenciador, não é um órgão de fiscalização,
208 não é um órgão deliberativo, não é um órgão político, então assim não vai fazer mal nenhum se
209 respeitar a norma e se tem aqui a composição adequada para melhor especialmente diante do
210 nosso péssimo histórico que aconteceu nos últimos anos do COLIT, acho que é importante
211 registrar isso, agora nada impede que as pessoas de fauna, de flora, de arqueologia, antropologia,
212 meio social, meio físico, meio econômico, turismo, geoprocessamento, qualquer profissional do
213 estado que possa contribuir com a pauta, que possa trazer sua experiência, que possa contribuir
214 tecnicamente. Todos os profissionais de estado de qualquer tipo de vínculo são muito bem-vindos
215 e podem contribuir tecnicamente com seu conhecimento, então é bom a gente separar o que é um
216 membro efetivo de uma Câmara Técnica e o que é qualquer Servidor Público do Estado, que
217 venha a contribuir com a melhor análise do território costeiro que é realmente um território
218 bastante conflituoso, então assim, qualquer pessoa é muito bem-vinda. Eu também sou convidada,
219 eu não sou efetiva, mas é importante sempre deixar isso bem claro, separar o joio do trigo, separar
220 o que é uma Câmara Técnica, que é um outro conselho deliberativo com outra proposta, a Câmara
221 Técnica não decide nada, a Câmara Técnica apenas analisa tecnicamente, então não tem nenhum
222 problema de que a norma seja e deva ser uma norma que tem dois anos efetivamente cumprida,
223 com a retificação e nomeação das pessoas adequadamente sem prejuízo de quem quiser participar.
224 Enfim pode participar para reportar para o seu superior, não tem nenhum problema porque aqui a
225 reunião é pública e republicana. Professor Daniel Telles - E lembrando que gerenciamento

226 costeiro tem uma lei federal e estadual, então é importante que quem participe dessa Câmara
227 Técnica, conheça a lei, conheça os ritos legais, os fluxogramas, a importância do Conselho
228 consultivo, que ele tem a importância de qualificar, o exemplo nacional do Grupo de Integração do
229 Gerenciamento Costeiro, que tem subgrupos de trabalho, um plano de ação, que subsidia não
230 somente ao Ministério do Meio Ambiente, mais sim a CIRM, a própria Marinha do Brasil tem
231 uma agenda estratégica para a linha de costas, para o mar territorial e a gente tem que encarar
232 esses assuntos aqui de uma maneira técnica, a gente precisa começar a entender um pouco melhor
233 o Gerenciamento Costeiro e levá-lo mais a sério. Acho que podemos então dar segmento a pauta.
234 Secretaria executiva Rosana Maria Bara Castella - Sim, então dando seguimento a pauta, a
235 apresentação do sumário executivo do plano estadual de gerenciamento costeiro que foi construído
236 dentro do grupo de trabalho, mas na verdade muita contribuição do professor Daniel e então você
237 apresenta Daniel, fazendo favor. Professor Daniel Telles - Claro Rosana, bom na verdade a gente
238 teve a agenda muito feliz eu diria, na construção desse documento, inicialmente nós fomos
239 colocados como um grupo de trabalho dentro dessa câmara, mais convidados externos, veja a
240 gente busca sempre o know-how técnico, fomos até o planejamento e outros órgãos buscar
241 conhecimento técnico para fazer acontecer a lei estadual 13.164/2001, então assim a gente tem
242 uma lei estadual, que não está regulamentada ainda já a 19 anos, de repente a gente começa a
243 entender um pouco melhor, porque que a gente está acumulando tantos conflitos no litoral por que
244 a gente não tem ordenamento, a gente tem várias camadas de instrumentos legais. Mas eles não
245 estão integrados e o ordenamento territorial costeiro é prevista em lei federal e estadual, a gente
246 pretende muito dar essa contribuição para quê, então o plano estadual de gerenciamento Costeiro
247 como consta na 13164/2001, seja implementado, não é um assunto simples, nós já fizemos
248 workshops, temos realizado oficinas, temos parcerias, temos um diálogo aberto com as instituições
249 de outros estados, conversamos com ABEMA (A Associação Brasileira de Entidades Estaduais de
250 Meio Ambiente). A princípio a SEDEST é um órgão ambiental apesar de hibridizar o meio
251 ambiente, segue sendo o órgão estadual seccional como previsto em lei, nós temos contatos com a
252 Fundação Florestal de São Paulo, com a Fátima/Santa Catarina, a gente tem acompanhado de
253 maneira, num esforço estreito, o Castella, muito embora esteja afastado para pesquisa e pós-
254 graduação, capacitação, ele futuramente quando retornar vai poder nos trazer boas contribuições
255 nesse sentido, no G17 também é previsto em lei GERCO, os estados litorâneos, a Rosana
256 acompanha as reuniões do G17, da ABEMA enfim nós temos aí uma articulação de governança,
257 uma superestrutura que está à disposição para qualificar a decisão tomada do ordenamento
258 territorial Costeiro. Está à disposição no interesse político do governo, então assim, nós vamos
259 seguir fazendo nosso trabalho, esse grupo de trabalho então foi nomeado, se reuniu por quatro
260 oportunidades, sempre com encaminhamentos para definir um documento norteador do plano
261 estadual de gerenciamento Costeiro ao invés de propor um termo de referência, que ao longo das
262 reuniões se tornou complicado, eu vou explicar um pouco melhor daqui a pouco, a gente recuou
263 um pouco e propôs um sumário executivo, um desenho Geral de lógica sequencial de como esse
264 plano estadual precisa ser, pode ser seguido aqui para o estado do Paraná. Então eu preciso
265 compartilhar, mas eu acho que o anfitrião é o Claudiney, ele tem que liberar, só para mostrar o
266 documento, o Sumário executivo e aí consigo dar a explicação de como ele foi elaborado. Agora
267 acho que consegui, só um pouquinho pessoal, muita coisa aberta aqui, não é esse documento, bom
268 esse é um outro assunto também está em tela. Vamos lá, sumário executivo então da Câmara
269 Técnica de Gerenciamento Costeiro, ele é um documento ponto de partida. Já falamos sobre isso
270 na última reunião ordinária, a gente aprovou esse documento e o que foi feito foi uma formatação

271 dele nesses termos como está aqui no site, vou de trás para frente porque fica mais fácil de
272 acompanhar, tem todas as explicações resumidas de o porquê nós definimos isso em fases, então
273 seriam quatro fases. O que nós precisamos de maneira urgente no litoral do Paraná é uma
274 sistematização de todo conhecimento que existe, a gente chama de monitoramento integrado que é
275 um instrumento previsto na lei de sistema de informações do gerenciamento costeiros – SI-
276 GERCO e essa discussão nos tomou já oficinas específicas, tivemos convidados apresentando
277 experiências, nós temos uns 100 números de ricas colaborações de monitoramento seja de meio
278 físico, de meio biótico, de meio socioeconômico que podem alimentar essa base que nós
279 idealizamos, como uma plataforma aberta interativa sobre o que é que nós temos, informação
280 especializada sobre o litoral do Paraná isso vai ajudar a qualquer tipo de tomada de decisão das
281 prefeituras ao próprio Governo do Estado, ao ICMBio, a iniciativa privada aos planos diretores
282 municipais e aí afora, então quando a gente tiver essa condição de apresentar um painel interativo
283 de informações, ele vai utilizar inclusive recursos, desonerar o estado com relação a serviços de
284 análise de monitoramento que por exemplo são incumbências do Estado, como exemplo a
285 balneabilidade, assim como os monitoramentos são a contrapartida de licenciamento ambiental.
286 Como por exemplo o porto tem esse compromisso, são apenas exemplos, mas a gente tem outros
287 inúmeros casos de informações que precisam ser alimentadas periodicamente, nessa então, base
288 territorial. Então antes disso nós recuamos, nós fomos vê-las lá nos outros estados costeiros,
289 experiência com relação ao monitoramento, não é um assunto fácil. Os estados, eles propõem, o
290 estado de São Paulo tem um certo avanço nesse sentido através da CETESB (Companhia
291 Ambiental do Estado de São Paulo), que é um órgão técnico reconhecida e notório excelência
292 assim como a Fundação Florestal, que alimentam ali o sistema de Integrado de informações e
293 assim eles conseguem resolver 3 (três) instrumentos do GERCO. O sistema de monitoramento
294 integrado, o relatório de qualidade ambiental, que aí seria um subproduto de um monitoramento,
295 então a gente tem a periodicidade de 6 (seis) meses por exemplo, que vai tá fazendo relatório de
296 maneira integrada sobre a evolução dos fenômenos, sejam eles ambientais, socioeconômicos do
297 litoral do Paraná ou geofísico também que são muito importantes, sobretudo em tempos de
298 mudanças climáticas a onde já temos evidências por exemplo de que a erosões de praia, de arcos
299 preás do nosso litoral estão seguindo a alteração da incidência de eventos, então assim é
300 importante que a gente amplia esse entendimento do monitoramento integrado para todas as
301 informações que sejam úteis, por isso nós estipulamos numa primeira fase um desenho de um
302 painel territorial, uma setorização geográfica nós chamamos, vamos diagnosticar e depois propor,
303 então assim seria a fase um, diagnóstico proposta, a gente vai ter três camadas desse painel
304 territorial, uma delas a Federativa, então de suma importância os recortes territoriais municipais, a
305 microrregião que o litoral do Paraná hoje é constituída seu vínculo mesorregional e também com o
306 que o Carlos Storer, oportunamente, contribuiu na nossa última reunião, como as regiões
307 influência, eu vou procurar aqui, regiões imediatas e intermediárias do IBGE, que são as últimas
308 recomendações técnicas sobre este assunto, que vão ajudar entender como os núcleos urbanos
309 mesmo que fora das sedes centrais do município, eles influenciam o seu município vizinho por
310 exemplo. Então isso é muito importante para o litoral que têm comunidades, Ilhas, que tem por
311 exemplo no município de Pontal uma ausência de um centro administrativo bem definido, nós
312 temos duas a três rodoviárias no município, então nós temos um município linear, de uma mancha
313 urbana é espalhada, eu acredito que nesse sentido nós estamos bem respaldadas com as
314 orientações oficiais para propor um painel, uma camada territorial Federativa, mesmo porque a
315 importância da camada Federativa vai nos ajudar na fase dois, a diagnosticar a governança que

316 está relacionada como um todo, essa é a visão territorial, então nós temos por exemplo no
317 município conselho concidade, segurança pública, saúde, educação, meio ambiente. Esses
318 conselhos de algum momento, vão estar relacionado aos ecossistemas costeiros, quando se alega
319 que a restinga responsável pela violência, por mais esdrúxula que seja essa alegação, você está
320 fazendo um vínculo no organograma de governança, da segurança pública com o ecossistema
321 previsto no código florestal. Então a camada territorial Federativa que vai ajudar a gente a fazer as
322 leituras do que os municípios estão discutindo e decidindo e vincular em um organograma final,
323 que é o produto que se espera dessa setorização, junto com as outras camadas, tem a camada
324 Federativa, a camada territorial normativa, que vai seguir o que, aquilo que está previsto nas
325 demais leis, na legislação, no arcabouço normativo, está aqui para o que, o código florestal, o
326 Sistema Nacional de unidade de conservação ou gerenciamento Costeiro, projeto Orla, lei de
327 águas e jurisprudência também, como a 8169. Então a gente tem aqui nessa segunda camada há
328 possibilidade de implementar esse painel territorial com o entendimento do território a partir da
329 sua especialização de fenômenos sobre área de preservação permanente e entre outros exemplos.
330 Então a gente vai enriquecer esse painel, que já tem uma camada Federativa com uma camada
331 normativa, então essas normatizações têm também instâncias decisórias, como por exemplo, o
332 comitê de bacias ou os conselhos gestores de unidade de conservação. E finalmente a terceira
333 camada, seria uma camada ecossistêmica que aqui também poderia ser incluídas as
334 socioecológicas, que são as premissas científicas do estado da arte internacional, que tem
335 trabalhado com o ambiente Costeiro, que tem sido orientações para compreensão de fenômenos
336 que ainda estão em processo de melhor conhecimento no mundo todo e no nosso litoral também,
337 nós temos instituições de pesquisa de excelência que avançam nesse tipo de conhecimento, como
338 por exemplo o monitoramento de fauna, conhecimento sobre os modos de vida das comunidades
339 tradicionais, entre outros monitoramento pesqueiro. A informações disponíveis sendo levantadas
340 que não estão, nem no federativo e nem no normativo, então são frutos do conhecimento
341 científico, não somente científico, mas o conhecimento disponível que possa alimentar essa
342 terceira camada. Então montar esse painel, com três camadas, que cada uma delas ramifica a
343 árvore em seus diferentes elementos, a gente vai ter uma leitura completa de um painel territorial
344 do litoral, vejam que esforço complexo de elaboração, então nós tivermos reuniões discutimos
345 sobre isso e acredito que o produto a ser entregue então nesse prazo que nós sugerimos de 8 a 10
346 meses por um levantamento diagnóstico e uma proposta desse desenho conceitual do painel seja a
347 fase um. A fase dois vai dizer a respeito da governança, então a partir do momento que nós
348 tivermos desenhados essas três camadas do painel territorial, nós vamos então alimentando com
349 uma engrenagem de gestão, como que as engrenagens de gestão vão ajudar a tramitação na
350 tomada de decisões, então assim, como que o município e conselho, com mesmo exemplo de
351 antes. Como que o conselho de segurança do município vai gerar uma demanda para decisão sobre
352 algum tipo de manejo na Restinga, não vai ser na caneta, não é adequado, se não o governo,
353 politicamente isso não tem logrado êxito, tanto que o exemplo que nós tivemos no mês de janeiro
354 de supressão da Restinga foi revogado em 30 dias depois e nós temos um trabalho sobre restinga e
355 não conseguimos propor. Aquilo que a gente está trazendo é proposição, essa Câmara Técnica está
356 propondo, porque não dá mais somente para ficar atendendo, corrigindo erros, sobretudo de cunho
357 político, então a gente tem que apostar mais o lado técnico da governança. Então a governança
358 terá também um lado diagnóstico e o lado propositivo nessa fase 2, nós pretendemos ter um
359 levantamento, um inventário, um diagnóstico dos conselhos territoriais e ambientais que existem
360 nessas três camadas, como foi falado no federativo, no normativo e outros órgãos que tenham

361 algum tipo de ligação no que é o território Costeiro. O território costeiro é uma excepcionalidade,
362 não valem as mesmas regras que valem lá para o interior, aqui nós temos situações bastante
363 diferenciadas de gestão e o mundo todo discute sobre isso, os países costeiros fazem esse tipo de
364 discussão, temos exemplos mais avançados e podemos nos espelhar nesses exemplos para aqui no
365 Paraná propor um plano estadual, então assim, o diagnóstico a gente sugere uma matriz swot,
366 fraquezas e fortalezas desses conselhos. O porquê que eles estão com essas fraquezas e fortalezas.
367 Qual é a sua sustentação normativa, seu regimento, sua composição, sua agenda de reuniões, nós
368 temos desenhos já de análise de performance, de desempenho, de conselhos e que a gente também
369 qualifique, ajude os municípios e aos territórios, a qualificar decisão dentro dos conselhos,
370 levando esse tipo de discussão sobre governança. E no segundo momento a proposta é de uma
371 reforma, nós estávamos chamando de uma reforma de governança Ambiental do Paraná, cujo o
372 elo superior decisório é o COLIT, conselho do litoral, que a gente falou aqui por algumas vezes já
373 na reunião de hoje, então também um prazo estimado sugerido de 8 a 10 meses na sequência do
374 painel e com o painel montado a gente consegue fazer um bom diagnóstico na governança,
375 cumprida essas duas fases iniciais, a fase três é de um monitoramento integrado, aquele desafio
376 mais complexo, que a gente tendo um painel e uma engrenagem, a gente vai ter mais facilidade de
377 implementar. Então assim, esse monitoramento integrado vai exigir, nós discutimos bastante isso,
378 um investimento de cunho financeiro mesmo parte do Estado. (Pausa). Desculpa gente, voltando, a
379 gente vai ter uma necessidade de um investimento por conta do custo operacional sobretudo em
380 tecnologias de informação e comunicação, e nós temos acompanhado alguns exemplos, como por
381 exemplo aqui os projetos de base integrada, de dados geográficos que está sendo proposto para
382 Paranaguá, um projeto da Universidade, alguns Laboratórios. Temos exemplos do laboratório de
383 gestão Costeira de Santa Catarina, que está responsável pela fase piloto do planejamento espacial
384 Marinho da região sul do Brasil, a região sul vai ser o piloto, então nós temos algumas coisas para
385 acompanhar e acredito que esse prazo das fases um e dois somados, já vão ser suficientes para que
386 a gente tenha uma proposta mais bem elaborada e que converse com o que é feito no Brasil, no
387 Paraná, ter uma agenda mesmo porque nós temos regulamentações de bases de informações
388 espaciais, os dados georreferenciados sobre os fenômenos e tem toda a questão da formatação das
389 licenças, da metodologia, isso tudo vai exigir sim um esforço, uma equipe que a gente precisa
390 deixar para um segundo momento, então vamos primeiro arrumar a casa conhecê-la e depois
391 esperar para rodar o modelo de um monitoramento integrado do litoral. E a fase quatro com isso
392 resolvido teremos condições de avançar no outro dos principais instrumentos do gerenciamento
393 Costeiro, que é o zoneamento Ecológico econômico costeiro, inclusive com zoneamentos do
394 estuário, do mar territorial, da plataforma, da zona de arrebentação e aí vai os instrumentos legais
395 como projeto Orla de suma importância, nós vamos discutir daqui a pouco, vão se conversar. Boa
396 gente, eu fiz assim uma rápida apresentação, lembrando as nossas discussões, o pessoal do grupo
397 de trabalho se quiser me ajudar aqui a complementar o documento está disponível, então assim,
398 mas o intuito de consagrar o desafio que nós temos pela frente nesta Câmara Técnica, de executar
399 dentro deste sumário o que a lei 13164/2001 se predispõe lá atrás, bom aqui a apresentação eu
400 encerro, não sei que agora como é que a gente pode conduzir a discussão. Secretaria executiva
401 Rosana Bara Castella - Só para lembrar que quem tiver, é só entrar no nosso site, como memória
402 da 5ª reunião, está esse documento que foi apresentada pelo professor Daniel. Então vamos
403 continuar com a pauta, o próximo item da pauta seria a apresentação do termo de referência, como
404 eu falei para todo mundo, que eu não consegui terminar ele, estou montando-o baseado no
405 zoneamento econômico. (Pausa) Professor Daniel Telles - Não sei se alguém do grupo de trabalho

406 quiser reforçar alguma coisa que eu deixei passar ou se tiver alguma dúvida do pessoal também,
407 com relação ao sumário executivo do plano estadual, aproveitar esse momento. A gente está
408 sempre tentando qualificar, nada está pronto e perfeito. Representante e suplente do Maternatura
409 Dailey Fischer - Eu acho que você apresentou super bem Daniel, e eu não tenho nada a
410 complementar, não sei os demais membros do grupo, e reforçando o que você disse, foi um
411 trabalho bem detalhado, a gente tentou fazer da melhor forma possível, discutimos muito, então é
412 um produto fruto realmente de uma discussão super embasada, mas todas as contribuições que
413 vierem, como você disse mesmo, não é um produto que ainda está acabado, a gente precisa
414 discutir. Representante da Paraná Turismo Evandro Pinheiro - Daniel, eu mandei para o COLIT,
415 para a Rosana, o Castella participou do mesmo projeto monitoramento, criação, um processo
416 monitoramento costeiro, você recebeu ou chegou a ver, é um painel, dentro do projeto um sistema,
417 com as instituições, uma parte das instituições, eu acredito que o COLIT deva ter esse sistema,
418 senão eu posso mandar para você, seria assim, como seria a operacionalidade de um
419 monitoramento/acompanhamento, é só uma sugestão, se dá para aproveitar uma coisa, o Castella
420 pode ajudar bastante também, por que ele foi coordenador desse projeto, seria isso, ver se dá para
421 aproveitar, ter uma composição das instituições, como seria operacionalizado. Professor Daniel
422 Telles - Bem colocado Evandro, o Castella esteve no grupo de trabalho, e em algum momento isso
423 foi levantado também, mas é bom o seu registro para que a gente vá mapeando as instituições e
424 organismos, a comporem as camadas ali. Secretaria executiva Rosana Maria Bara Castella - Mais
425 alguém vai se dirigir a palavra? (Pausa), não, então podemos continuar a pauta ou alguém mais
426 quer falar sobre o planejamento executivo, sumário executivo? (Pausa). Professor Daniel Telles -
427 Bom, podemos avançar então Rosana. Secretaria executiva Rosana Bara Castella - Então podemos
428 avançar, quer que eu apresente essa minuta do mesmo jeito que está? Professor Daniel Telles -
429 Bom eu acho que não precisa, só vamos definir qual a estratégia de elaboração do termo de
430 referência, quem serão as pessoas, os órgãos envolvidos. Secretaria executiva Rosana Castella - O
431 termo de referência eu estou montando ele, baseado no sumário, e também com uma base de
432 dados do Mar e Costa, que era o termo de referência que eu resgatei e coloquei os itens, e queria
433 mostrar os itens. (Pausa). Então aqui, a contratação de serviços de consultoria para obter o produto
434 do plano de gerenciamento costeiro tais como, realizar a estrutura de governança, que é um dos
435 pontos, desenvolver o sistema de monitoramento integrado, com informações geográficas
436 aplicadas para estruturação do modelo de zoneamento da costa Paranaense. O custo deixei em
437 interrogação, para que possamos ver como seria o custo e as porcentagens, como por exemplo o
438 primeiro produto 10%, mais 10% do segundo produto, aí nos últimos dois que seriam os mais
439 caros mesmo, eu deixei os 25% do valor total do que foi estimado para o termo de referência, mais
440 adiante tem a qualificação, que precisa melhorar também, a supervisão, de quem vai ser a
441 supervisão, eu coloquei o acompanhamento, a estratégia de execução, aí os elementos disponíveis,
442 o que tem de disponível, até tem que pôr o PDS, que possui bastante conteúdo que podemos
443 aproveitar dentro dele. Tem a base de dados que coloquei da Universidade Federal, outros
444 existentes e o projeto de inovação ambiental. Esse é a passe de dados que o Professor Eduardo
445 Vedor tem de um projeto que ele desenvolveu, metodologia do termo de referência, também
446 procurei dar uma olhada na metodologia dele para poder aplicar nesse nosso, bom seria isso aí,
447 esse foi o primeiro que consegui mexer, depois tive que fazer outras coisas e não consegui mais
448 me focar, o Castella ficou de me ajudar a hora que terminasse de defender a tese dele e vir me
449 ajudar a melhorar esse termo, para que todos tenham acesso. Professor Daniel Telles - Vamos
450 definir Rosana, para que não fique sobrecarregado somente para você, já está fazendo esse ponta

451 pé inicial, mas é importante definir um grupo que vai trabalhando tipo um Google Drive no
452 documento. O que vocês acham, quem poderia compor, é importante eu acho, doutora Edneia,
453 talvez não no primeiro momento ou no segundo momento. Secretaria executiva Rosana Bara
454 Castella - Eu acho que já possui um grupo, aquele grupo que tem dentro da resolução que
455 montamos, está a Ednei inclusive, podemos voltar a esse termo de referência no grupo, o que
456 acha? Essa minuta. Professor Daniel Telles - Acho interessante, podemos aproveitar o mesmo
457 grupo já designado e abrir uma agenda para os próximos meses, para que até dezembro podemos
458 ter uma primeira versão e aprovamos na sequência. Secretaria executiva Rosana Bara Castella -
459 Então eu vou passar esse documento para todos os membros do GT, para poder ajudar a gente aqui
460 a trabalhar. Professor Daniel Telles - O que o pessoal do GT acha? Secretaria executiva Rosana
461 Bara Castella - Não reparem nas coisas que tem ali, por que ainda estava sendo trabalhado, só
462 peço essa observação, o GT tem muitos que não estão aqui, um deles é o Fabrício, que não faz
463 parte da Câmara Técnica, e não sei se tem mais alguém que faz parte da Câmara Técnica dentro do
464 grupo. Professor Daniel Telles - Bom como encaminhamento para que possamos passar, esgotar
465 por hora de pauta, a gente pode deixar primeira aprovação do sumário executivo e devolver agora
466 para o grupo de trabalho, solicitando a minuta de referência. Secretaria executiva Rosana Bara
467 Castella - Esses são um dos encaminhamentos hoje seria esse. Professor Daniel Telles - Seria bom
468 ouvir o pessoal do GT, Dailey, doutora Priscila, Lucie, que estão presentes, o que vocês acham.
469 Representante e suplente do Maternatura Dailey Fischer - Eu acho que podemos sim, é uma forma
470 de contribuir, só que é bom lembrar, a gente acaba se esquecendo, quando for mexendo, colocar
471 no nosso grupo que está alterando ou deixar marcado lá, numa forma de lembrar dessa tarefa.
472 Pausa para decidir qual programa utilizar para que o grupo todo possa editar o projeto de forma
473 coletiva e organizada. Professor Daniel Telles - Eu acho que podemos colocar na primeira reunião
474 ordinária de 2021 o prazo, é como a gente consegue fazer umas reuniões só do grupo, então as
475 coisas avançam, sé é algo muito breve talvez a gente não consiga. Representante e suplente do
476 Maternatura Dailey Fischer - Eu acho que uma forma séria a gente trabalhar no coletivo, assim
477 todos se reúnem, vai lá e faz isso, acho que essa coisa de vai contribuir individualmente acho mais
478 complexo, assim uma reunião um pouco mais curta, já com foco, pedir para as pessoas derem uma
479 lida antes de contribuir. Secretaria executiva Rosana Bara Castella - Vamos ver um dispositivo
480 que todos possam contribuir, vou dar uma avaliada e então já encaminho. Professor Daniel Telles -
481 Eu proponho que o grupo de trabalho se reunir uma vez em outubro e um em novembro, o que
482 vocês acham? Na segunda-feira e terça-feira de cada mês, pela manhã. Sugerido nos dias 13 de
483 outubro e 10 de novembro pelas 09:00 h, todos a favor. Secretaria executiva Rosana Bara Castella
484 - Então dando continuidade daquela nossa oficina que a Lucie venho apresentar aqui, de gestão de
485 praia que vai passar pelos municípios, também estão revendo os manuais, agora eu passo a palavra
486 para Lucie, para dar mais informações. Representante do SPU Lucie Winter - Eu queria saber se
487 vocês me autorizam a falar mais, do que só sobre o projeto Orla. Professor Daniel Telles - Na
488 verdade a sessão de praias, o projeto Orla e todos os assuntos relacionados da SPU, com certeza.
489 Representante do SPU Lucie Winter - Pode ser, então está bom, para começar eu gostaria de
490 explicar para vocês o tamanho da equipe da SPU e quem trabalha na SPU na questão da gestão da
491 Orla, a SPU tem 32 servidores, desses 32 servidores nós temos três fiscais que atuam na
492 fiscalização do estado inteiro, então a gente tem todos os terrenos, imagens de rio, todos os nossos
493 outros imóveis oriundos da rede ferroviária. Temos mais uma carteira de 20 mil imóveis, da gestão
494 dos imóveis em si, sou eu mais a servidora Ana que trabalha com a cessão de águas públicas e
495 agora o Maurício que está começando a fazer parte. Especificamente de terreno nós temos 11 mil

496 terrenos de marinha cadastrado, então queria mostrar para vocês o efetivo, a carteira de imóveis
497 que tem e o nosso efetivo. A SPU, qual que é o trabalho da SPU na gestão tanto das Orlas, tantos
498 dos terrenos de marinha, quanto das águas públicas, a gente trabalha na questão patrimonial e na
499 questão da fiscalização das áreas de uso comum do povo, então a gente não se envolve na questão
500 ambiental por mais que pareça revoltante para todo mundo, a gente é responsável pela questão
501 patrimonial, ou seja, pelo uso irregular, pela eventual construção em área de uso comum do povo,
502 então pela degradação de Mangue a gente é corresponsável se existe desmatamento de Mangue,
503 principalmente na questão da ocupação irregular. Então é só para dar um panorama do nosso
504 efetivo, do nosso trabalho e da nossa atribuição. Vou falar sobre o projeto Orla, o que é o Projeto
505 Orla? Eu costumo falar que o projeto Orla na verdade é, costumo resumi-lo, como que se fosse o
506 plano diretor da Orla marítima. O plano diretor quando ele foi implantado nos municípios, como
507 eles entendem que terreno de marinha é da União, geralmente eles deixaram de incluir os terrenos
508 de marinha ou a Orla em si em seus planos diretores, então no projeto Orla é mais ou menos como
509 se fosse um plano diretor que abrange a Orla dos municípios, ou seja, os calçadões e as praias.
510 Basicamente terreno de marinha e seus acrescidos e as praias, ou seja, área de uso comum do
511 povo. O projeto Orla foi implantado pelo Ministério do meio ambiente em conjunto com a SPU,
512 ou seja, ele entra na questão ambiental juntamente com a questão de imóveis da União, também
513 veio em função do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, é o Gerco, etc. e tal. Ele já é bem
514 antigo, foi implantado em 2001 e agora está se revendo os manuais de implantação do projeto
515 Orla. Por que? Porque ainda como ele tem toda a questão de participação popular, mais ou menos
516 como também se faz com o plano diretor do município, tentando modernizar um pouco, está se
517 tentando rever, com todo um trabalho da Universidade Federal de Santa Catarina, com todo o
518 trabalho do GI-GERCO também, tentando se modernizar o projeto Orla e a forma de implantação.
519 Porque tem aquelas audiências públicas que dura um dia inteiro, mais um monte de audiência e
520 está passando por essa modernização. E por que especificamente, principalmente em função do
521 termo da adesão de gestão de praias, que muitos municípios do Brasil ano passado aderir, então
522 adesão da questão de praias passa a gestão da Orla aos municípios, o que significa isso, eles
523 podem fazer o que eles querem, não. Eu já dei esse treinamento, vocês já sabem como é que
524 funciona, eles têm a liberdade de poder planejar com mais facilidade, o que eles vão fazer na sua
525 Orla sempre com a anuência da SPU, passa para eles possibilidade de fazer a permissão de uso,
526 que é para eventos na areia, mas isso já está mais explicado. Então eu vou compartilhar um link
527 aqui agora para vocês da questão do projeto Orla, aqui está toda a questão dos manuais do projeto
528 Orla e da gestão de praias também, termo da adesão de gestão de praia dos municípios, eu passei
529 um link ali que está todo o material de termo de adesão de gestão de praia e todos os atuais
530 manuais do projeto Orla. É um termo muito complicado, o que acontece, aqui no Paraná em 2003,
531 o município de Matinhos, o município de Pontal e o município de Guaratuba fizeram o seu plano
532 de gestão integrada da Orla, que é o fruto do projeto Orla, todos esses municípios fizeram, os
533 planos foram considerados exemplares no Brasil inteiro, mas nenhum implantou. No PGI de
534 Pontal por exemplo a área do Maciel, estava toda considerada como zona de comunidade
535 tradicional, entrou o prefeito na hora de fazer o plano diretor, nem deu bola para o PGI e
536 considerou o Maciel zona de expansão portuária, não existe a obrigatoriedade do município de
537 implantar o projeto Orla, a não ser aqueles que aderiram à gestão de praias. E estes depois de 3
538 anos de aderido à gestão de praias, eles têm a obrigação de estar com o projeto Orla implantado.
539 Foi uma das formas que a SPU encontrou de obrigar os municípios a implantar o projeto Orla, mas
540 os outros não tem obrigação nenhuma, ou seja, eles podem ou não fazer o projeto Orla. Então essa

541 é uma dificuldade que os municípios podem continuar não tendo que fazer o planejamento de
542 utilização da sua Orla marítima e pode continuar dispondo do jeito que eles quiserem do seu
543 litoral. Professor Daniel Telles - Lucie, posso fazer uma pergunta, alguns desses municípios
544 Balneários do Paraná, eles já fizeram a solicitação, a inscrição para a sessão? Representante do
545 SPU Lucie Winter - Matinhos e Guaratuba já tem a gestão da sua Orla. Professor Daniel Telles -
546 Mas eles entram no termo de gestão, com algumas contrapartidas né. Representante do SPU Lucie
547 Winter - Tem sim, eles aderiram no final do ano passado, agora eles têm vários compromissos a
548 serem cumpridos, seis meses, um ano, em até três anos está com o projeto Orla implantado, em
549 função do COVID, eles ganharam um prazo um pouco maior agora. Nesse site que eu passei tem
550 um link informado, que eles têm um prazo maior, que foi prorrogado um pouco o prazo para
551 implantação dessas etapas. A primeira etapa que eles têm, um prazo de seis meses é estabelecer
552 um site específico, uma página específica no município, para lá deixar bem claro. Quais são as
553 permissões de uso que eles têm lá, permissão de uso são aqueles eventos de curta duração que
554 podem ser realizados na areia, por exemplo a RIC TV vai lá e faz um evento na areia, então isso
555 tem que estar lá bem claro para todo mundo ver, o governo do estado vai lá e põe uma banquinha,
556 que seja, qualquer evento de saúde, evento esportivo tem que estar lá na página divulgado, essa é a
557 primeira etapa. Eu vou passar depois para a Rosana divulgar o número do processo do termo de
558 adesão de gestão de praias e o link de acesso, eu faço questão de que vocês saibam como acessar
559 qualquer processo que seja relativo à gestão da Orla dentro da SPU, porque esses processos são
560 públicos e eu acho que a câmara técnica tem que saber como acessá-los. Eu gostaria de ter
561 extrema transparência nisso, os municípios tanto Guaratuba quanto Matinho já solicitaram para
562 SPU autorização para revitalização dos calçadões, são outros processos que a gente abre em
563 paralelo, como eles têm adesão à gestão de praias, eles não precisam de um outro instrumento
564 chamado autorização de obras, se eles não têm adesão de gestão de praias, eles têm um outro
565 instrumento chamado autorização de obras, que tem uma portaria específica. Então eu também
566 vou disponibilizar para vocês que lá estão as anuênciasque SPU forneceu para a realização dessa
567 revitalização dos calçadões, os projetos estão lá e são muito claros. Por que eu estou falando nisso
568 especificamente, vamos entrar na questão de engorda da Praia de Matinhos, quando nós falamos
569 de praia e mar, não entra nessa simples anuência da SPU em função do TAGP (termos da adesão
570 de gestão de praias), entrou em área de uso comum do Povo ou águas públicas é autorização de
571 obras que é um outro instrumento. Eu já conversei com vocês, eu já expliquei aqui na Câmara
572 técnica que a SPU concedeu autorização de obras para a engorda da Praia de Matinhos, porque ela
573 é vinculada a licença ambiental, diferente de uma sessão de águas públicas onde a licença
574 ambiental tem que chegar pronta para que a gente assine um contrato de cessão, essa é uma etapa
575 contrária, a SPU emite uma autorização de obras e depois eles conseguem a licença, são
576 invertidos. Professor Daniel Telles - Desculpa Lucie, só um ponto importante, vamos diferenciar
577 as obras TA10, que é o polígono o limite do projeto Orla, o município quando ele tem essa cessão,
578 ele atua até uma certa linha digamos assim, o limite territorial dentro do mar e esse limite é a
579 isóbata 10, mas as obras quando elas extrapolam esse território, já muda o tipo de permissão, de
580 autorização de obras. Representante do SPU Lucie Winter - Você está falando sobre adesão de
581 gestão de praias? Adesão de gestão de praias permite a obras com simples anuência da SPU, assim
582 não estou falando que não necessita de anuência ambiental, mas que não necessita uma portaria
583 específica da SPU só no calçadão, não estamos falando de isóbata, nem nada. Para gente o
584 calçadão, não pode ser areia nem nada entendeu, isso não exige o município das outras licenças
585 necessárias, no caso de Matinhos que tem o tombamento ou demais licenças ambientais, só não

586 precisa de portaria autorizativa da SPU, calçadão, areia e mar são outras coisas. Engorda da praia
587 de Matinhos, nós estamos falando de obras na areia e nas águas, precisa então da portaria de
588 autorização de obras. Autorização de obras, a gente dá autorização condicionada de licenciamento
589 ambiental, a Priscila está perguntando (que projeto exatamente a SPU deu anuência? O projeto do
590 EIA RIMA de 2011?), sim a SPU deu anuência a um projeto de 2011, que já era um projeto
591 aprovado. Vou passar para vocês o número do projeto, vou passar o que foi aprovado e o que não
592 foi aprovado, eu já percebi em função do que está sendo veiculado a esse projeto todo que está
593 sendo apresentado na TV, etc. Grande propaganda, provavelmente não é o que a gente autorizou.
594 A autorização de obra não foi para o governo do estado, a autorização de obra foi para o
595 município, então eu vou solicitar ao município agora que apresente os projetos finais, para que a
596 gente verifique, porque a gente concedeu autorização de obras, uma poligonal já referenciada, se
597 essa poligonal já referenciado não estiver batendo com a poligonal do projeto atual, a autorização
598 de obras ela é cancelada e tem que ser feito uma nova autorização de obras. Professor Daniel
599 Telles - Vamos reforçar isso, acho que é importante ficar na ata isso Rosana, essa explicação
600 técnica da SPU, se o polígono não bate, inválida a autorização é isso. Representante do SPU Lucie
601 Winter - É a gente autorizou aquele polígono, caso a obra ultrapasse o polígono, a autorização de
602 obras é invalidada. Daniel a SPU vai verificar o licenciamento ambiental quando a obra for
603 realizada, lembre se para gente esse licenciamento ambiental é posterior, na autorização de obras o
604 licenciamento ambiental é posterior. Então quando for iniciar a obra a gente vai lá fazer a
605 fiscalização, tem licenciamento, tem, que emitir licenciamento nessa questão como eu expliquei, a
606 SPU não entra nessa questão ambiental, mas se tem licenciamento a SPU acata, a gente não tem
607 atribuição, não tem conhecimento técnico, não tem ninguém na SPU que inclusive possa
608 questionar, a esse licenciamento deveria ter sido emitido pelo IAT ou pelo IBAMA. O que a gente
609 acata é decisão judicial que fala, não vamos interromper, esse licenciamento não vale. Professor
610 Daniel Telles - Perfeito Lucie, é mais a questão de competência, o mar territorial, o licenciamento
611 fica incumbido ao IBAMA. Representante do SPU Lucie Winter - Sim, eu compreendo, assim
612 como eu também tenho informação ambiental, eu compreendo tecnicamente todo o
613 questionamento, só que não tem nenhuma competência para isso. Eu vou compartilhar mais um
614 link, também já está naquele link anterior, um material que eu compartilhei com os municípios,
615 que é um material muito bacana, que tem todo um trabalho para desenvolvimento de obras de
616 contenção, de erosão, de proteção a costa, acho que já compartilhei aqui com a câmara técnica
617 também, ou seja, teria como os municípios fazer um estudo mais elaborado, não fazer essa coisa
618 toque de caixa, eu realmente não tenho expertise para desenvolvimento desse tipo de projeto, eu
619 não analisei o projeto final, não chegou. Tenho que deixar bem claro para câmara técnica que, a
620 gente é técnico, eu não recebi o projeto final do engordamento da praia para poder compartilhar
621 com a câmara técnica, a câmara técnica não conseguiu o projeto final para poder se manifestar, a
622 Rosana e eu até conversamos sobre isso, eu acho que falta uma câmara técnica poder se manifestar
623 sobre um projeto dessa relevância. Era isso que eu tinha que falar. Professor Daniel Telles - Acho
624 que é bem importante esse ponto, nós não fomos acionados e algum motivo deve existir,
625 possivelmente político. Porque tecnicamente nós já abrimos essa discussão no ano passado, no
626 início do ano, quando lá no início da câmara técnica, nos propusemos a fazer workshops
627 periódicos para qualificar a compreensão dos próprios gestores sobre as decisões do territoriais no
628 âmbitos Costeiro, fizemos aquele workshop que você trouxe da SPU sobre o termo de cessão de
629 praias, um dia inteiro de explicações e oficina, a gente teria um workshop de limpeza de praias e o
630 workshop de sobre o projeto de engorda de praia de Matinhos, que estava agendado para abril,

631 mas foi suspenso por conta da pandemia junto com universidade, com o Ministério Público. Então
632 assim nós estamos já com esse assunto em pauta pendente, mas não fomos acionados pelo IAT,
633 então aí eu chamo atenção dos representantes do IAT, ponto de vista técnico esse projeto deveria
634 ter sido encaminhado para essa câmara técnica para que nós, fizéssemos também uma discussão,
635 uma reflexão, um grupo de trabalho, ajudasse a qualificar a discussão de uma maneira transparente
636 e adequada. Então quando o IAT disse que está sendo transparente é mentira, isso a gente pode
637 comprovar com essas alegações da reunião atual. Secretária executiva Rosana Bara Castella - Não
638 só quero esclarecer assim que nós íamos fazer uma reunião a respeito disso, mas que como vai ter
639 uma audiência pública, disseram que é em Matinhos na segunda-feira, o Scroccaro nos procurou
640 falando que era melhor transferir, deixar para discussão primeiro nessa audiência pública que vai
641 existir na segunda-feira, por isso que não ocorreu essa reunião dentro da câmara técnica, só para
642 esclarecer. Professor Daniel Telles - Então fica claro que a opção política foi não discutir
643 tecnicamente, mesmo com a ligação do secretário, que já o dinheiro está na conta, então nós temos
644 que tomar muito cuidado, porque a gente tá aqui proposto a qualificar decisão, a melhorar,
645 aprimorar pontos de inconsistência eventualmente dos projetos, quaisquer que sejam, mas estamos
646 à disposição do Governo do Estado e gostaríamos de ter um uma explicação do porquê que essa
647 escolha pelo político e não pelo técnico nesse ordenamento sequencial em um projeto de suma
648 relevância para o litoral do Paraná. Representante do SPU Lucie Winter - Eu gostaria de respondê-
649 la Priscila (Anuência ao Projeto de 2011. Não aos novos projetos de 2020), sim, por isso que vou
650 solicitar os novos projetos para fazer o batimento deles, caso o novo projeto ultrapasse o projeto
651 autorizado, o que tá autorizado é o projeto de 2011, se for implantar o projeto de 2020 e for
652 diferente não é válido, vai ter que ser feito uma nova atualização de obras, se na análise da
653 atualização a SPU analisa o projeto Orla, se o projeto Orla estivesse implantado, sim, como o
654 projeto orla não está implantado a gente não tem o que analisar certo, senão ele não poderia ser
655 conflitante e se analisar o termo de cessão. Eu acho que a Priscila está querendo falar termo de
656 adesão de gestão de praias, o termo de adesão de gestão de praias sim, mas o termo de adesão de
657 gestão de praias Priscila, se você for olhar lá, ele é só um documento do município adere a gestão
658 de praia, então ele não tem um ordenamento, ele não tem um plano, ele não é um projeto
659 desenvolvimento, então não há o que se bater um com o outro. Professor Daniel Telles - Não seria
660 assim, um termo de adesão é um compromisso que o município faz com prazo de dois ou três anos
661 para aprovar o projeto Orla, senão ele perde a cessão provisória. Representante do SPU Lucie
662 Winter - Bem isso, mas assim o termo de adesão em si é só um documento, é só um compromisso.
663 Promotora de Justiça Doutora Priscila - Lucie, eu queria fazer só umas considerações, só para eu
664 entender esse lego, o município então, ele adere a cessão da praia e Matinhos e Guaratuba já
665 fizeram, falta Pontal. É isso? Representante do SPU Lucie Winter - Isso. Promotora de Justiça
666 Doutora Priscila - Digamos que Pontal também vem a aderir, então temos os três municípios do
667 litoral sul aderindo ao termo de cessão, esse termo de cessão exige a regularização do Orla, ou
668 seja, nesse intervalo de dois ou três anos, eles vão ter que implementar o Orla que já existe certo?
669 Representante do SPU Lucie Winter - Na verdade não existe, terá que ser refeito Priscila, não foi
670 discutido. Secretária executiva Rosana Bara Castella - Ele existe, ele foi feito, os três projetos
671 orlas já existem, só que ele tem que ser atualizado talvez, se não me recordo. Professor Daniel
672 Telles - São propostas que não foram validadas. Promotora de Justiça Doutora Priscila - Eu só
673 queria organizar o raciocínio para ficar certinho na ata Rosana, os dois municípios do litoral sul
674 Matinhos e Guaratuba aderiram ao termo de gestão de praia, Pontal ainda não. Aderir a gestão de
675 praia significa que no intervalo de dois a três anos eles são obrigados a atualizar e implementar a

676 Orla, agora quando a gente fala que o Orla existe e não foi implementado isso significa que, ele foi
677 aprovado por exemplo por um decreto e uma lei, mas não foi implementado ou faltou essa
678 validação legal, ele tem um decreto ou lei que aprova o Orla? É obrigatório isso? Representante do
679 SPU Lucie Winter - É ele tem uma validação nacional e uma implementação no município.
680 Promotora de Justiça Doutora Priscila - Então o nosso Orla ele é válido, mas não implementado, é
681 isso, ele é válido, mas não é eficaz? Representante do SPU Lucie Winter - Ele não é válido.
682 Promotora de Justiça Doutora Priscila - Por que? Representante do SPU Lucie Winter - Eu
683 também não sei Priscila, isso é de 2003, eu não estava na SPU ainda, nem era servidora na
684 verdade. Professor Daniel Telles - A questão é assim, a elaboração da Orla no caso do Paraná foi
685 muito bem conduzida, como foi colocado nos anos 2005, 2006 e 2007 por ali, inclusive por um
686 trabalho intenso do COLIT de acompanhamento das reuniões, com participações, com as
687 propostas de setorização das Orlas. Então tecnicamente esses projetos Orlas municipais são
688 considerados bastantes satisfatórios. No entanto, não houve uma normatização desses projetos por
689 conta da sucessão de alternância do governo municipal e estadual, pelo que me consta essa
690 descontinuidade política comprometeu todo o trabalho técnico. Promotora de Justiça Doutora
691 Priscila - Posso continuar aqui na nossa organização do raciocínio? Secretaria executiva Rosana
692 Bara Castella - Por favor. Promotora de Justiça Doutora Priscila - Então ele, esse Orla, ele existe,
693 ele pode ser válido, temos que verificar essa questão da validade, mas ele de fato não foi
694 implementado, ou seja, ele foi desconsiderado pelos municípios. Só que assim, no caso do termo
695 de gestão de praia, já que esse termo exige que os municípios implementem o Orla,
696 necessariamente a gente tem que acompanhar aqui na câmara técnica, nesse intervalo de dois ou
697 três anos, os municípios têm que atualizar a Orla, então assim feito esses dois ou três anos a gente
698 atualiza Orla e implementa o Orla com a condição para que o termo de praia seja de fato eficaz
699 certo, porque senão a SPU retoma essa gestão correta. (Pausa, pois a Lucie acabou saindo). Mas
700 assim Rosana eu acho bem interessante a gente ter essa ata bonitinha, porque esse ponto, sempre
701 foi um que discutimos em várias instâncias e é importante até, eu não sei se a **Lipa** está aqui hoje,
702 acho que a **Lipa** faz parte do grupo, para que eles saibam que o termo de cessão não é oba-oba, ou
703 seja, eles não podem simplesmente achar que podem fazer com algo que eles querem, desmatar
704 Restinga, colocar a casa em cima, etc. Tem uma regulamentação. Secretaria executiva Rosana
705 Bara Castella - Só queria dizer a vocês que os projetos orlas estão dentro do site do COLIT, quem
706 quiser olhar está lá, todos os três municípios que foram elaborados. Promotora de Justiça Doutora
707 Priscila - Eu vou dar uma passeada lá daqui a pouco, obrigada Rosana pelas suas respostas. Então
708 acho que é importante, porque o que eu queria saber da Lucie, até coloquei aqui no bate-papo, eu
709 vou até pedir para registrar isso em ata (que projeto exatamente a SPU deu anuência? O projeto do
710 EIA RIMA de 2011?), é que ela já disse que o projeto aprovado da engorda é o EIA RIMA de
711 2011, aquele projeto antigo que passou pelo conselho da cultura, que passou pela SPU e agora ela
712 disse que realmente é um projeto antigo, que não é o atual, o atual tem outras matrizes e o que eu
713 queria entender dela é que no momento que ela faz essa anuência, se ela usa como condição
714 também, dentro dessa aprovação a análise do termo de cessão, análise do projeto Orla, então vou
715 deixar essa pergunta aqui Rosana no bate papo pendente, ah a Lucie voltou, Lucie voltou?
716 Representante do SPU Lucie Winter - Caiu bem agora, desculpa. Promotora de Justiça Doutora
717 Priscila - Tranquilo, o que eu ia te perguntar é assim, no momento em que você analisou a
718 autorização do SPU para a engorda da praia de 2011, esse projeto que terminou em nove anos,
719 você ao analisar esse projeto, você utilizou como camada o projeto Orla, utilizou como camada o
720 fato de haver o termo de cessão, ou seja, quando a SPU dá uma autorização prévia para o

721 licenciamento Ambiental, o projeto Orla e o termo de cessão são fatores considerados ou não?
722 Representante do SPU Lucie Winter - Se eles estivessem vigentes seriam, é como uma autorização
723 de obras, ela é justamente dada, porque ela é a área que não está contemplada na gestão de praias,
724 onde tem gestão de praias não precisa de autorização de obras, aí não precisa analisar a gestão de
725 praia claro, aqui é a gestão de praias e aqui autorização de obras, uma é vizinha da outra.
726 Promotora de Justiça Doutora Priscila - Mas Lucie não da overlap, por exemplo na engorda, a
727 gente já vai entrar nela daqui a pouco, mas a engorda contempla mar, areia e calçadão. Então a
728 SPU, o fato da engorda contemplar essas três partes da praia, isso não entra dentro da Orla e
729 dentro da gestão? Representante do SPU Lucie Winter - O projeto apresentado pelo governo da
730 engorda, contempla o calçadão, mas a revitalização do calçadão ela é gestão de praias, praias SPU.
731 A engorda é autorização de obras, então revitalização do calçadão está dentro da autorização e
732 gestão de praias, vou mandar o número do processo e isso é uma coisa. Agora engorda da praia,
733 construção de molhes e etc. e tal, autorização de obras. Professor Daniel Telles - Viu doutora tem
734 um problema de escala territorial, a engorda pressupõe o uso de jazidas, extração que estão lá na
735 plataforma, por isso a gente tem que trazer a discussão para gerenciamento Costeiro, não somente
736 no projeto Orla. Então Orla, ele tem uma escala, um limite de atuação a isóbata 10, os 50m ou
737 200m, depende-se é urbana ou não urbana. O Orla é um facilitador sim de gestão Municipal para
738 calçadão e essas coisas, só que como um projeto vem como um kit, ele é um projeto de engorda, é
739 um projeto de revitalização urbana, é um projeto de alteração do Meio geofísico uma vez que a
740 extração do sedimento, extrapola a função do projeto Orla. Promotora de Justiça Doutora Priscila -
741 A gente vai entrar no engorda daqui a pouco, mas eu queria entender do ponto de vista da SPU
742 que é o ator, digamos assim, o primeiro ator desse processo todo, é o autor da primeira camada
743 desse shape, eu queria entender isso que a Lucie explicou, quando a gente trata então “calçadão
744 para dentro” eu estou falando de um termo de cessão de praia que teoricamente o município tinha
745 que zelar adequadamente para que fosse feito da maneira adequada e quando eu trato de areia e
746 água então aí sim vai alteração do SPU. Então a alteração da SPU para engorda de 2011, que é o
747 projeto original, ele contempla apenas areia e água e não calçadão. Representante do SPU Lucie
748 Winter – Certo. Promotora de Justiça Doutora Priscila - Em relação a engorda da praia, esse
749 projeto de revitalização da obra de Matinhos que envolve cerca de 9 projetos, tem a engorda, tem
750 os regulamentos, têm a revitalização da Orla, tem uma questão de pavimentação, tem macro e
751 micro drenagem, eu não sei exatamente tudo que possui, eu oficie o estado, estou aguardando aqui
752 as respostas para que a gente tenha esse panorama, mas eu só queria reforçar a importância da
753 discussão disso no CT-GERCO, por que? Primeiro é muito difícil conseguir ter todos vocês
754 juntos, assim essa equipe que está aqui hoje, consegui o tempo do observatório, da SPU, do
755 município, da federal, da SEDEST, do IAT, Paraná cidade, Paraná turismo. Então assim é uma
756 oportunidade que a gente tem única de reunir técnicos qualificados de várias áreas do Estado para
757 discutir, vocês viram aqui quantas dúvidas a gente tem e que é muito mais fácil eu tirar essa
758 dúvida todos juntos, porque essa dúvida que eu tenho pode ser de outras pessoas e outras pessoas
759 podem ter dúvidas que a gente também tenha. Então assim Rosana, eu sei que não é sua culpa, fica
760 tranquila, você é secretária do COLIT e tem feito um ótimo trabalho, mas existe uma diferença
761 bem grande entre uma audiência pública, em que o governo vai expor um projeto, esse projeto vira
762 ser discutido numa câmara técnica. Audiência pública, ela tem uma solução super importante de
763 divulgar um projeto publicamente, eu não sei quem foi convidado para a audiência pública, eu não
764 lembro de ter recebido nenhum link, não sei se a Lucie recebeu, se o Daniel recebeu, eu não sei se
765 o pessoal da Câmara técnica foi convidado. Não me recordo, então assim essa audiência pública,

766 ela tem uma função muito importante de divulgar o projeto, eu não sei quem vai participar, quem
767 vai falar, como vai ser a dinâmica dela, não sei se aqui alguém foi convidado, mas é outra função
768 epistemologia. A função da Câmara técnica é trazer o projeto e discutir e é importante que a gente
769 consta em ata primeiro estas coisas que a Lucie esclareceu, que o projeto que ela avaliou de 2011 e
770 eu queria pedir, eu não sei quanto tempo a gente tem ainda de reunião, mas eu continuo tendo
771 muitas dúvidas, como eu disse, eu fiz alguns ofícios, eu tentei montar um quebra-cabeça, eu li
772 alguns projetos arquitetônicos, li alguns projetos de engenharia, mas acho que seria bem
773 importante talvez se o Daniel ou algum outro membro que tem um pouquinho mais de
774 conhecimento do assunto pudesse trazer e o Daniel pudesse trazer resumidamente a questão, eu
775 posso tirar algumas dúvida e a gente pode de repente, colocar em futuras pautas uma discussão
776 mais aprofundada dessa questão do projeto da revitalização da Orla de Matinhos, que com certeza,
777 assim eu não acho que existe qualquer oposição, para que a gente tem um uma Orla mais
778 organizada, uma Orla que atrai mais turismo. Ontem estava em vistoria em Pontal do Paraná e
779 fiquei muito triste em ver como a nossa Orla é absolutamente abandonada, o canal DNOS, aquela
780 região que é muito potencial no turístico, eles têm ali pescados frescos, a gente podia ter bastante
781 turismo. Enfim mas é uma região bastante abandonada, então se é para trazer turismo tem que ser
782 turismo com estrutura mas também com legalidade e o projeto que precisamos passar sim pelo
783 licenciamento ambiental adequado por uma EIA/RIMA atualizado, então se o EIA/RIMA de 2011
784 e o projeto de 2011 não está idêntico, ou seja, se houve uma alteração por novos técnicos, por
785 novas contratações, por outros engenheiros e técnicos que foram contratados para fazer outros
786 projetos, esse projeto atualizado, ele precisa sim ter seu EIA/RIMA atualizado, passar novamente
787 pela SPU, pelo COLIT. O EIA/RIMA tem que ser seguido, uma coisa é o EIA/RIMA de 2011 de
788 um projeto de 2011, a outra é um projeto de 2020 que não é um projeto, mas são vários projetos,
789 se eu não me engano acho que uns 8 ou 9 projetos, então esse projeto conglobante, esse programa,
790 ele precisa sim passar pelas instâncias licenciadores e o ministério como sempre, não faz nenhum
791 juízo de valor sobre se um projeto é bom ou ruim, se é certo ou errado, isso não cabe ao ministério
792 público, cabe ao ministério público verificar se houve o devido processo administrativo,
793 ambiental, urbanístico, sanitário e segurança. Se esses projetos ultrapassarem sim, pelo
794 licenciamento integrado então eu sugiro para futuras reuniões, que a engorda volte a ser objeto de
795 maior aprofundamento, como talvez dar maior espaço para SPU trazer para nós podermos
796 entender esses instrumentos todos e aprofundar melhor na atual situação, atual marco legal. Daniel
797 se puder então trazer para nós alguma contribuição que posso tirar algumas dúvidas, até para eu
798 estar mais preparada se eventualmente eu receber algum link da reunião segunda-feira para eu
799 acompanhá-la. Muito obrigado. Professor Daniel Telles - Doutora Priscila, na verdade não
800 estamos abrindo uma agenda, porque já abriu essa agenda de discussão técnica de workshops com
801 participação pública, inclusive atores sociais como surfistas de Matinhos para entender melhor,
802 bom nem mesmo a universidade está ciente, nem a câmara técnica, e o governo insiste em dizer
803 que é transparente o projeto, então alguma coisa está errada. A gente pode manifestar a
804 disponibilidade desta câmara para seguir com essa discussão no ponto de vista técnico,
805 encaminhar isso para o IAT, não sei para quem seria. Eu também considero que nós temos
806 inúmeras perguntas e discussões sobre esse assunto que é extremamente complexo, acho que já
807 passou da hora da secretaria ter uma agenda técnica de discussão sobre a região litorânea, que é
808 diferente de realidade territoriais que não tem a influência marinha, então esse assunto tratar com
809 os fenômenos costeiros é de uma natureza científica de recepionalidade. O Governo está
810 desconsiderando/ignorando isso mesmo tendo à sua disposição em instâncias como essa, que não

811 estão acompanhando de maneira transparente independente da audiência pública, que vai ser o
812 momento importante para a abertura dessas discussões, mas existem inúmeros questionamentos
813 técnicos e tramitacionais. Inclusive envolvendo a CIRM, a Marinha do Brasil, que tem manuais e
814 trabalhos técnicos de orientação, eu não sei agora como a gente pode transformar essa solicitação
815 Doutora em um encaminhamento, nós podemos de repente fazer o que tenho como possibilidade é
816 nós reagendarmos o workshops de gerenciamento costeiro que iria tratar sobre o assunto da
817 engorda de Praia de Matinhos, mas de maneira virtual porque nós ficamos suspensos por conta da
818 pandemia e seria muito importante a participação presencial dos moradores, por isso o evento seria
819 no auditório da universidade em Matinhos, que é um auditório grande, bem estruturado para
820 receber esse tipo de eventos. Podemos reagendar o workshop? Acho que fica como sugestão para
821 câmara técnica, queria ouvir os demais. Promotora de Justiça Doutora Priscila - Por mim, a gente
822 faria um workshop por semestre, eu sou fã dos workshops do GERCO, eles são muito bons para
823 integrar as instituições, para as instituições dialogarem, transformou o litoral em termo de
824 articulação, hoje as instituições conversam. Hoje Paranaguá construindo um BDG (Banco de
825 Dados Geográficos) com apoio da Federal, as empresas portuárias que nunca sentaram para
826 discutir essa integração hoje fazem, tem um grupo de trabalho formado, então eu vejo a
827 importância disso na espera do workshop que sempre foi um trabalho feito na SEMA, Ministério
828 Público, Ministério Federal, sempre houve aí esse tripé importante, então por mim eu acho que a
829 gente pode sim agendar e trazer essa discussão técnica. A Danielle informou que o Scroccaro vai
830 fazer uma apresentação aqui, ele com o engenheiro contratado para fazer o projeto, acho que
831 talvez ele tenha conhecimento dos oito ou nove projetos e outros professores, enfim eu acho que
832 seria muito importante que a gente conseguisse, ainda que fosse uma extraordinária, as pessoas
833 que participaram do projeto quem desenhou o projeto, quem estruturou esses nove, que são
834 projetos diferentes, então seria bem importante trazer aqui as empresas, quem participou para que
835 a gente possa entender. São projetos complexos, são projetos que tem questões teológicas,
836 oceanográficas, geográficas e biológicas, enfim acho que valeria a pena sim marcar nem se fosse
837 uma extraordinária para trazer e a gente poder entender cada um desses oito ou nove projetos, que
838 como eu disse, já oficiei mas eu não sei se as respostas já chegaram, tem mais ou menos uns 4
839 meses que eu tenho oficiado à SEMA pedindo essas informações, então acho que seria importante
840 eles trazem, apresentam e a gente verifica, sem prejuízo de também fazer o workshops e eu acho
841 que é bem importante para verificar qualquer ideia que o governo quer fazer aqui na Câmara
842 Técnica e trazer outros convidados que possam contribuir também no entendimento. Penso eu que
843 é importante que o governo saiba que o objetivo do Ministério Público é entender qual que é o
844 objetivo, a justificativa, a fonte de recursos e tudo isso, então a gente aguarda ansiosamente para
845 que essa equipe que participou da elaboração do projeto, seja ela equipe de engenharia enfim,
846 possa vir apresentar, na data adequada que todos possam e aí sim a gente ter oportunidade de tirar
847 nossas dúvidas e debater sem prejuízo do evento dos workshops, Daniel. Caso ainda haja agenda
848 para elaboração do evento virtual. Representante e suplente do Maternatura Dailey Fischer - Posso
849 fazer uma colocação. O que me preocupa um pouco, mais uma vez são os prazos, como é que está
850 andando isso sabe, em que instâncias que está, quando que há uma previsão de início de alguma
851 coisa. Porque tem vários aspectos, esse projeto que precisa sim de uma rediscussão, nós estamos
852 falando de um estudo de impacto ambiental de 2011 e estamos em 2020, dizer que ele está
853 vencido é pouco, a gente não tem dúvidas em relação ao polígono se o polígono atual é
854 exatamente o polígono anterior, a gente tem muitas coisas para serem discutidas e essa Câmara
855 Técnica e o COLIT são espaços fundamentais para isso, então eu acho que nessa vinda do

856 Scroccaro para conversar com a gente junto com outros técnicos e outras pessoas envolvidas, a
857 gente tem todo um trabalho aí também feito pela Universidade Federal, têm especialistas que traz
858 um contraponto a esse projeto que a gente também precisa ouvir e assim se houver fôlego eu me
859 disponho a ajudar a organizar esse workshops, Daniel. Se você acha que dá para a gente tentar
860 fazer ele ainda esse ano e por isso a importante da gente entender quais são os prazos ou como que
861 isso tudo está acontecendo, em que fase que a gente está seria fundamental e eu me disponho a
862 contribuir com a organização. Professor Daniel Telles - Obrigado Dailey, não sei se mais alguém
863 queria colocar. Realmente o workshop já estava pronto, desenhado com oficinas de quatro sessões.
864 A primeira oficina seria de apresentação do projeto por parte do governo com discussão inclusive
865 entre secretarias do governo, o planejamento ia trazer a visão do PDS, a secretaria responsável
866 pelo projeto ia atrás a proposta do projeto e o município ia debater. No segundo momento nós
867 teremos uma discussão do estado da arte sobre esse assunto no Brasil, nós temos inúmeros
868 exemplos malsucedidos de obras de engorda de praia com estruturas rígidas, semirrígidas de
869 deposição de areia, que onerarão bastante as realidades de algumas praias. Então já tínhamos
870 convidados de municípios como Fortaleza, podemos trazer convidados de Vitória, municípios que
871 já passaram por essas experiência e nos ajudam a entender tecnicamente como essa obra deve ou
872 não ser conduzida nos dias de hoje, também teremos uma mesa de envolvimento dos usuários
873 diretos da zona afetada, sobretudo os surfistas diante do pico de Matinhos ser uma zona
874 diretamente afetada pela alteração do fundo e a dinâmica das ondas, que ali o caracterizam como
875 um local principal atrativo turístico do estado de renome internacional, então teríamos aí toda uma
876 discussão sobre isso com convidados que já discutem hoje, o programa reserva de surf, que é um
877 programa muito bem sucedido em vários países como Austrália e a gente no Brasil já tem uma
878 praia a Guarda do Embaú com essa certificação e a gente tem ali todo um know-how técnico da
879 importância desses ambientes serem preservados e como estão os desafios, é muita pretensão
880 ignorar essas colaborações, também teríamos a fala do ponto de vista da oceanografia, das
881 evidências disponíveis até hoje com relação aos fenômenos morfodinâmicos, hidrodinâmicos,
882 atmosféricos em combinação que explicam essa dinâmica toda de praia de erosão, de deposição.
883 Então assim o workshop estava montado para acontecer em abril, foi uma pena mesmo que nós
884 tivemos que adiar, mas a gente pode redesenhá-lo e já está praticamente pronto, alguns ajustes
885 serão necessários lógico por conta dos convidados, mas eu concordo que a câmara técnica seja co-
886 organizadora deste evento junto com o termo de cooperação do MP, da UFPR, a própria SPU
887 também, acho que todos os órgãos aqui poderiam ser de alguma maneira, ter partes interessadas
888 numa discussão técnica e de aproximação do diálogo, diferente de uma proposta de audiência
889 pública onde não chegam os convites, é bem diferente. Então acho que a gente tem muito a
890 acrescentar o governo com essa iniciativa, eu só fico na dúvida que a Danielle Tortato trouxe que
891 a equipe do Scroccaro traria na câmara técnica essa reunião extraordinária, mais o workshop, aí eu
892 acho que o ano vai ser curto então de repente ele pode juntar tudo no mesmo evento, a gente pode
893 pensar uma data para meados de outubro e começar a organizar esse evento virtual e compartilha
894 os esforços. Não sei, agora a gente precisava decidir uma data e se esses eventos podem ser os
895 mesmos ou eventos paralelos. Promotora de Justiça Doutora Priscila - Eu concordo com o Daniel,
896 assim eu acho que é possível ser junto, claro, eu só acho que a gente precisa dar bastante espaço
897 porque normalmente nos workshops a gente tem um tempo limitado para que muitas instâncias
898 participe, nesse caso específico como não é um projeto é um programa, ou seja, são oito ou nove
899 projetos mais ou menos que tem seus impactos individuais e sinérgicos em todos os três meios de
900 uma EIA/RIMA de 2011, como já foi muito bem colocado aqui, que não contempla todos esses

901 projetos, seria bem importante então se a equipe pudesse e se a Rosana talvez possa fazer até um
902 convite oficial enfim, se a equipe que elaborou os projetos, o programa todo pudesse vir e
903 participar então ele teria um tempo suficiente para apresentar, são projetos bastante complexos e
904 desconhecidos e nenhuma das instâncias que a gente participou até agora, a gente conheceu esses
905 projetos. Então são mais ou menos quatro meses, que a gente tem tentado entender melhor e nas
906 reuniões eles nunca foram totalmente apresentados, o ministério público oficiou, então a gente tem
907 que montar ainda esse quebra-cabeça e é importante que a equipe que elaborou se pudesse
908 apresentar. Secretaria executiva Rosana Castella - Eu acho assim, que a Danielle Tortato poderia
909 nos dizer se tem algum link, se vai passar para a gente, quem vai ser convidado. Ela poderia se
910 manifestar nesse sentido, pois eu também não sei. Suplente do IAT Danielle Tortato - Eu também
911 não sei, perguntei ontem para a Camila que é da comunicação, porque tem muita gente
912 questionando e perguntando como é que vai funcionar. A Camila falou que quem está organizando
913 tudo é a Andreia da comunicação, ficou de conversar com a Andreia e me passar as informações,
914 mas até agora eu também não sei como é que vai funcionar. Está todo mundo questionando porque
915 parece que tem parte presencial, parece que vai ser híbrido, com presencial e via internet, mas eu
916 não sei quem são os convidados, não sei quem está fazendo os convites. Essas informações eu já
917 perguntei milhares de vezes para o Scroccaro também porque tem muita gente perguntando, ele
918 também não soube responder, então eu estou aguardando a Camila me dar esse retorno, mas quem
919 está organizando tudo é o pessoal da comunicação da SEDEST. Professor Daniel Telles - Não
920 seria o caso de a câmara técnica enviar uma nota para audiência pública, dizendo que nós estamos
921 discutindo sobre esse assunto e queremos alinhar essa discussão, ponto de vista técnico para que
922 eles tenham ciência disso, senão a gente vai estar aqui todo esse esforço. Secretaria executiva
923 Rosana Castella - É que na verdade a nossa discussão não era essa, o nosso foco da pauta hoje.
924 Então acho que não tem como eu fazer essa recomendação, que a princípio era para não conversar
925 sobre isso enquanto não tivesse essa reunião, desta audiência pública, para depois sim. O
926 Scroccaro se propôs a apresentar, que nem a Danielle Tortato mesmo falou ali, que após passar
927 essa audiência pública, ele viria na Câmara técnica nos apresentar. Representante e suplente do
928 Maternatura Dailey Fischer - Mas Rosana isso não faz sentido. Representante do SPU Lucie
929 Winter - Não faz sentido e a câmara técnica não concorda, pronto. Professor Daniel Telles - Não
930 pode isso, é completamente anormal. Secretaria executiva Rosana Bara Castella - Bom, não sei se
931 é anormal, mas estou dizendo que a nossa Câmara técnica está aí, mas eu acho que se eles não
932 querem acionar, eu não sei se eles são obrigados. Promotora de Justiça Doutora Priscila - Vamos
933 só separar o joio do trigo aqui, veja o estado e as empresas que elaboraram os estudos, eles têm o
934 direito de ter uma data agendada para apresentar, isso é sem dúvida. Então assim a gente vai
935 verificar uma data adequada para todas as partes, tanto para empresas participar, quanto para os
936 convidados que vão participar assistindo ou comentando o assunto do Paraná ou de fora, isso é
937 uma coisa. A outra coisa que não tem, que a Lucie, Dailey e o Daniel colocaram é que essa câmara
938 técnica veio à baila várias questões, a gente tratou aqui do projeto Orla, do termo de gestão de
939 praias e agora da engorda e de fato mesmo que eles não tivessem vindo, esse assunto foi tratado,
940 foram tirados algumas dúvidas e foi deliberado e isso vai constar em ata, então assim é importante
941 que a secretaria, que o COLIT e etc. Saibam que esse assunto precisa ser discutido aqui, que foi,
942 hoje houve essa discussão de fato e vai constar em ata e que se solicita que seja feito um segundo
943 encontro, ele pode ser forma de workshop, a gente pode depois ver o melhor formato, mas assim
944 no mundo fatídico, houve uma discussão da engorda isto tem que constar em ata e é importante
945 lembrar que, não é que isso não foi encaminhada para caixa, já está aqui. Agora pode ser feito um

946 segundo encaminhamento no sentido de realizar um evento com a apresentação do projeto e
947 discussão, mas hoje isso já aconteceu não com a equipe fez o projeto, não com toda a equipe de
948 professores poderão debatê-lo, mas com CT-GERCO que sim discutiu esse assunto hoje e isso
949 precisa ser consignado. Professor Daniel Telles - É nós abrimos essa pauta já há alguns meses
950 atrás, estamos até agora com ela em aberto tanto que ela aparece com força na reunião de hoje e
951 por mais que não tenha sido pautado por motivos já explicados, aqui a gente está disponível e já
952 estamos nos prontificando a levar uma discussão técnica, a reagendar na verdade um evento que já
953 estava montado de um workshop. Então assim eu queria saber agora se a gente pode ir para os
954 encaminhamentos. Devemos pensar numa data para esse ano ou uma semana, um período que a
955 gente proponha esse workshop de Gerenciamento Costeiro, qual a participação das instituições, da
956 CT GERCO, com intuito de qualificar a tomada de decisão. É para isso que a gente discutindo.
957 Secretaria executiva Rosana Castella - Eu poderia então colocar isso como uma agenda já, pré-
958 estabelecida pela CT-GERCO e vou verificar uma data que possa disponibilizar apresentação da
959 equipe que elaborou o projeto e também a dos professores. Você quer já marcar? É que se a gente
960 marcar aqui, pode comprometer a data da disponibilidade das pessoas que vem apresentar.
961 Representante e suplente do Maternatura Dailey Fischer - Eu tenho duas dúvidas, primeiro eu acho
962 que a gente precisa ter uma noção de novo dos prazos, do que que a gente está falando, para
963 quando que se pretende, eu realmente eu não faço ideia. Essa audiência pública, ela é uma
964 audiência pública formal, para consulta populacional de novo, qual é o caráter dessa audiência
965 pública, não sei, eu acho que o CT-GERCO deveria ser convidado para essa audiência pública,
966 pelo menos a gente receber esse convite afinal de contas a gente está dentro do COLIT e o acesso
967 aos documentos, os estudos de impacto ambiental ou ao projeto executivo enfim, que a gente
968 possa ter acesso a todos os documentos relacionados a esse projeto. Secretaria executiva Rosana
969 Castella - Eu acho que a Doutora Priscila solicitou para o Instituto das águas. Representante e
970 suplente do Maternatura Dailey Fischer - Mas isso vai ser liberado para os membros da câmara
971 técnica? Secretaria executiva Rosana Bara Castella - Sim, pelo que eu entendi o Scroccaro já
972 respondeu o Ministério Público, eu encaminhei a solicitação da Doutora Priscila. Ele já respondeu
973 que, assim que tiver tudo organizado o projeto e tudo que não estava pronto, eu entendi isso. Acho
974 que a Doutora Priscila, pode dizer se já recebeu a resposta, não sei se ela recebeu algum produto
975 também e ele ficou de disponibilizar para câmara técnica todos os documentos conforme a Priscila
976 solicitou. Promotora de Justiça Doutora Priscila - Só para esclarecer é realmente muito estranho,
977 eu acho que essa opinião não é só minha é de todo todos os membros aqui, é estranho que esse
978 tipo de programa que é grande de alto impacto muito custoso, a gente está falando no meio de uma
979 pandemia de 600 milhões de reais, não é um valor pequeno no meio de uma pandemia com vários
980 problemas. A gente está falando de um litoral com imenso desmatamento, invasões, unidade de
981 conservação pegando fogo sem devida fiscalização. Unidade de conservação desestruturadas, falta
982 de equipe de trabalho para licenciamento qualificado e adequado, de falta de concurso público,
983 então a gente está falando de uma área ambiental que entrou em absoluto colapso nos últimos anos
984 e de 600 milhões dedicado esse programa. Então é um programa que deve ter a máxima
985 transparência do ponto de vista financeiro e do ponto de vista ambiental urbanístico regulatório,
986 então é estranho que nesse mês todos ninguém aqui tenha pleno acesso, inclusive eu recebi aqui
987 reclamações de pessoas que tentaram acesso ao procedimento junto a SEDEST e IAT sem
988 sucesso, só para lembrar tudo isso é absolutamente público e isso entra na lei de acesso à
989 informação, isso deveria estar inclusive no site ampla publicidade para que cada cidadão de
990 Matinhos, de onde quer que esteja, possa ter acesso.

991 Só para constar que isso tem que ser público e publicado que é importante, é claro que essa
992 audiência pública, não sei bem o objetivo dela, como eu disse eu não lembro de ter sido convidada
993 ou receber algum tipo de convite ou informação, mas obviamente que ela não faz parte do
994 licenciamento ambiental regular porque isso exige um EIA/RIMA atualizado com todos os
995 programas depois de 9 anos. Isso ainda não aconteceu, então assim a gente de fato espera que o
996 que venha explicado em cronograma talvez na segunda-feira, explicando aí quais são os objetivos.
997 Eu imagino como a gente está agora já no mês de setembro e que isso como exige muitos atores e
998 que como ainda faltam muitas etapas para regularizar esses procedimentos do ponto de vista do
999 licenciamento ambiental correto e regular, que talvez começo de novembro possa ser uma data
1000 interessante. Mas de repente deixar pré-agendado, bom a minha sugestão é entre sexta-feira dia 31
1001 de outubro ou de repente sexta-feira dia 7 de novembro. Secretaria executiva Bara Castella -
1002 Sexta-feira é dia 30 de outubro. Promotora de Justiça Doutora Priscila - Desculpa, está certo, bom
1003 a gente pode trabalhar talvez entre 30 de outubro e 6 de novembro, minha sugestão seria até 6 de
1004 novembro, para dar tempo que todas as partes se organizem tanto na organização do workshop, da
1005 expedição dos convites quanto na organização das apresentações técnicas, quanto na apresentação
1006 das opiniões técnicas dos participantes. Esta é minha proposta, para dar tempo de organizar.
1007 Professor Daniel Telles - Eu acho que a gente pode colocar duas datas para mostrar flexibilidade e
1008 assim só queria, desculpa ser repetitivo, mas nós ficamos quase 40 minutos no início da reunião,
1009 tentando identificar as cadeiras do IAT e estamos falando de assunto diretamente relacionados ao
1010 IAT e personificado na figura do Scroccaro que conforme foi constatado, nem do IAT é. Então eu
1011 não sei, não estou entendendo. Secretaria executiva Rosana Bara Castella - Ele é do IAT, o
1012 Scroccaro, com a diretoria ali dentro do IAT. Promotora de Justiça Doutora - O Scroccaro é
1013 diretor do IAT, ele só não pode fazer parte da câmara técnica por não ser um servidor efetivo. Ele
1014 não pode ser da câmara técnica, como foi dito aqui nos últimos seis meses, deve estar em cinco ata
1015 esse assunto, que é bem tratado esse assunto é trabalhado, mas ele pode obviamente participar
1016 como ouvinte e como contribuinte, não como membro efetivo, eu não sei exatamente qual é o
1017 papel dele como projetista ou como licenciador, mas vai ficar claro no dia da reunião. Professor
1018 Daniel Telles - Seria importante o IAT então estar presente hoje para a gente dar avanço nessas
1019 reuniões. Secretaria executiva Rosana Bara Castella - Mas a Rosângela é técnica efetiva da casa e
1020 ela é representante do IAT, é a suplente do Everton e ela é quem ajuda com as licenças do litoral
1021 do nosso Paraná. Professor Daniel Telles - Eu digo isso Rosângela e Danielle, porque segundo
1022 consta a gente está cheio de dúvidas, a ausência de transparência é notória, quem é que propõe?
1023 Segundo consta é o Instituto Água e Terra. Secretaria executiva Rosana Bara Castella - Rosângela
1024 você poderia nos dar uma fala? Nos falamos aqui? Professor Daniel Telles - Porque a gente está
1025 falando de um proponente que não tem só direito ou dever de manifestar-se, para gente poder
1026 alinhar essa discussão e aí tentar chegar numa data para o workshop, eu sugiro 6 ou 13 de
1027 novembro para poder ter um plano B de datas. Representante e suplente do IAT Rosângela Maria
1028 Costa Frega - Eu quero me colocar da seguinte forma, embora esteja no litoral, seja a
1029 representante do IAT no litoral, mas com relação ao projeto da engorda da praia, ele não está
1030 passando aqui pelo nosso grupo técnico, que na verdade é bem reduzido, eu e mais dois técnicos
1031 aqui no litoral. Ele está sendo conduzido por Curitiba, então na verdade eu não tenho todo o
1032 conhecimento, uma demanda de conhecimento com relação ao projeto da engorda da praia e eu
1033 assisti assim um vídeo, não tenho todo o conhecimento, assim como vocês, eu vou participar da
1034 audiência e vou me inteirar mais do assunto realmente na audiência. Eu estou aqui lógico para o
1035 que vocês necessitarem, eu vou estar buscando conhecimento para poder colaborar com vocês,

1036 mas não tenho no momento, sendo bem sincera para vocês, não tenho como expressar nenhum
1037 conhecimento com relação a esse projeto. Secretaria executiva - Obrigada Rosangela. Professor
1038 Daniel Telles - Obrigado, o proponente é o IAT, certo? Suplente do IAT Danielle Tortato - Daniel,
1039 eu acho que o proponente é a SEDEST, o IAT está fazendo o acompanhamento dos projetos,
1040 porque o projeto elaborado foi contratado anos atrás e hoje alguns engenheiros do IAP é do quadro
1041 do IAT, estão readequados principalmente a questão de micro e macrodrenagem que é a equipe do
1042 Galerani, mas eu penso que o proponente é a SEDEST. Professor Daniel Telles - Para a gente
1043 poder saber com quem conversar, tão transparente o assunto da engorda. Promotora de Justiça
1044 Doutora Priscila - Eu acho assim a Rosana pode fazer uma interlocução, como eu falei também, a
1045 gente não sabe quem é o empreendedor, mas eu acho que é importante notificar o licenciador, que
1046 é o IAT obviamente, só tem ele, notificar as empresas de engenharia com seu respectivo quadro
1047 que elaboraram o projeto. Então a gente tem elaboradores de projetos com as empresas de
1048 engenharia e arquitetura na questão três, o licenciador que é o IAT e o empreendedor, que não está
1049 claro para mim se é município de Matinhos ou se é SEDEST, eu realmente não sei. Então trazer
1050 esses atores o empreendedor, o licenciador e o projetista e algum outro ator que conheça o caso e
1051 queira apresentar, alguém que tenha se envolvido e que entenda bem do assunto e possa apresentar
1052 esse programa, de um lado digamos assim, e ao mesmo tempo organizar a equipe que vai tirar
1053 dúvidas, debater em formato de workshop. Eu acho que será um evento bem rico a gente pode tirar
1054 nossas dúvidas e fornecer para população o que se pretende do estado e que fase ele se encontra
1055 pelo cronograma que vão implantar. Representante e suplente do Maternatura Dailey Fischer - Só
1056 queria fazer uma proposta em relação a data, eu estou achando que dia 6 é muito em cima sabe, eu
1057 acho que dia 13 de novembro que fica no finalzinho da primeira quinzena, talvez fosse mais
1058 prático. Até podia ser 12 ou 13 de novembro, a ideia é um dia inteiro, isso Daniel? Professor
1059 Daniel Telles - Eu acho que um dia é até pouco, mas de repente dois dias para poder ter uma
1060 discussão com encaminhamentos seria melhor, senão fica aquela discussão que não tem um
1061 desfecho. Eu acredito que dois dias, a sugestão é boa Dailey, concordo que ganhar uma semana é
1062 um tempo importante também. Representante e suplente do Maternatura Dailey Fischer - Para
1063 mobilizar todo mundo, para dar tempo de convidar, as pessoas poderiam ter uma previsão melhor
1064 nas suas agendas enfim. Secretaria executiva Rosana Bara Castella - esse workshop vai ser pela
1065 CT-GERCO ou vai ser pela Universidade? Professor Daniel Telles - A universidade vai fazer
1066 junto com o Ministério Público, já vem fazendo, já fez quatro juntos com cada edição, já tivemos a
1067 colaboração da SPU, da SEMA e acho que a CT-Gerco, como nós já nos propusemos ano passado
1068 de fazer agenda de workshop, seria uma co-organizadora, então em conjunto das instituições, nós
1069 propomos o workshop e discussão. Promotora de Justiça Doutora Priscila - Rosana, a SEMA
1070 sempre foi parceira nossa, você lembra que participou de uma abertura, você e o Castella. A
1071 SEMA, a ITCG, o IAT também sempre foi parceiro, então eu chamo de tripé, o nosso workshop
1072 tem esse tripé, a SEMA, a federal do Ministério Público com participação dos observatórios e etc.,
1073 mas sempre foi um evento organizado com esse tripé. Secretaria executiva Rosana Bara Castella -
1074 Só para eu entender, se eu tenho que levar isso ao secretário, esse seminário ou vai ser organizado
1075 por vocês e a secretaria vai ser convidada. É só para eu entender melhor onde a gente está
1076 posicionado nesse esse tripé. Professor Daniel Telles - É um grupo de co-organizador, nós três
1077 juntos, então terá uma mesa de abertura com as autoridades, uma mesa rápida de apresentação e
1078 depois vamos direto as discussões, pode ser a SEDEST/CT-GERCO eu acredito. Bom pessoal
1079 podemos fechar então, fazer os encaminhamentos, tivermos a aprovação do sumário executivo, um
1080 reforço da apresentação e a apresentação do primeiro esboço da minuta do termo de referência, o

1081 grupo de trabalho segue o mesmo que já é instituído pela resolução COLIT 1 de 2020, teremos
1082 duas datas de reunião previamente agendados para o dia 13 de outubro e 10 de novembro, outro
1083 encaminhamento é do workshop de gerenciamento Costeiro que seja reagendado, já é uma
1084 discussão aberta na nossa pauta há bastante tempo, para uma data ainda não confirmada, mas
1085 sugerida para o meio de Novembro. E aí como é que nós vamos encaminhar essa descrição do
1086 workshop, quem é que vai sentar e começar a desenhar ele, fazer os contatos. Eu já estou dentro,
1087 não tem como não estar, mas é dito que o ministério público também, aí eu não sei mais quem, a
1088 Dailey também, como já se colocou à disposição. Mais alguém? O IAT? Secretaria executiva
1089 Rosana Bara Castella - Eu acho que eu poderia colaborar, mas tenho que consultar aqui o
1090 secretário da secretaria, é uma instituição, eu represento a instituição. Eu sei que o seminário vai
1091 acontecer só quero saber se a secretaria vai querer participar, entendeu. Representante do SPU
1092 Lucie Winter - Não é isso que eu quis falar Rosana, eu acho que a secretaria deveria fazer questão
1093 de participar. Secretaria executiva Rosana Bara Castella - Não, eu acredito que ela vai fazer
1094 questão, só estou dizendo que eu preciso consultar, porque é uma pauta que é a secretaria que vai
1095 fazer parte, enquanto é na nossa alçada, a gente vai tocando. Professor Daniel Telles - Importante
1096 que o governo entenda, que ele tem a disposição uma câmara técnica para qualificar decisões,
1097 desde que as decisões sejam transparentes e ele tem à disposição. Então acho que é isso, simples.
1098 Promotora de Justiça Doutora Priscila - Assim Rosana, a Danielle falou aqui no bate papo que é
1099 intenção do governo sim fazer essa apresentação, então acho que dá parte do governo está bem
1100 tranquilo e a gente depois assim, antes do evento, a gente aqui entre nós e quem quiser se
1101 envolver, qualquer um dos presentes aqui, é uma questão pública e transparente publicana, só
1102 passar para ele a programação, o que se pretende neste workshop, mas assim que segundo a
1103 Danielle disse que já tinha essa intenção do governo tratar desse assunto com a câmara técnica,
1104 então só para te informar adequadamente. Secretaria executiva Rosana Bara Castella - Eu posso
1105 ajudar e talvez a Danielle Tortato possa se envolver em algum momento. Suplente do IAT
1106 Danielle Tortato - Na verdade era isso que queria colocar, o Scroccaro avisou que iria fazer essa
1107 apresentação para câmara técnica, agora a gente pode chamar esse pessoal que está envolvido na
1108 elaboração do projeto, mesmo com a Doutora Priscila solicitou. Não acredito que vai ter algum
1109 problema nisso e só temos que ver se eles vão aceitar esse formato de apresentação na reunião ou
1110 formato de seminário. Eu também poderia me colocar à disposição, porém oficialmente como foi
1111 colocado no início da reunião, eu não poderia ser membro da Câmara técnica, teria que avaliar
1112 isso e vê como é que fica, para ver se eu passo participar ou não, como é que a gente pode fazer
1113 isso. Porque a ideia assim, não temos pessoal, íamos fazer o concurso público para ampliar o
1114 quadro e ter mais pessoas para ser indicadas, o concurso, devido ao COVID, foi transferido, mas
1115 hoje não temos mais data para isso. Então não sei quando que ele vai ser realizado, hoje não tem
1116 dentro da diretoria de saneamento pessoas efetivas, que poderiam estar dentro do GERCO. Tem a
1117 Rosângela que seria do IAT, mas como ficou muito setorizado por diretorias, eu não sei se uma
1118 pessoa só do IAT abrangeria todos os assuntos. Talvez o pessoal que representava o ITCG, as
1119 águas, teria que avaliar melhor como é que vai ficar essa situação e se vocês considerarem
1120 interessante, eu me coloco à disposição, se vocês quiserem que eu participe por mim, para fazer
1121 esse contato com a equipe do Scroccaro, ficar fazendo esse meio. Promotora de Justiça Doutora
1122 Priscila - Então só para diferenciar, existem servidor efetivos? Sim existem, tem servidor
1123 suficiente para participar da câmara técnica? Tem sim, eu sei porque trabalho e recebo os
1124 procedimentos, vejo o nome das pessoas e sempre confiro o vínculo delas com o Estado. Então
1125 tem servidores? Tem, o estado quis colocar os servidores? Não, é diferente, mas existe uma norma

1126 que tem que ser cumprida isso é uma coisa, isso não significa que dentro da organização de um
1127 evento, eu lembro lá naquele encontro das bacias Danielle, que você trabalhou muito e organizou
1128 tudo junto com a sua equipe e fez um ótimo trabalho, então assim de forma nenhuma é tirar
1129 pessoas comprometidas e talentosa que fazem um bom trabalho desse tipo de situação, entendeu,
1130 assim não quer dizer que você não possa participar de reunião, não quer dizer que você não possa
1131 organizar o evento, não quer dizer que todo o talento que vocês têm não possa ser muito bem
1132 utilizado para fins de engrandecer o Estado. A gente só quis colocar é porque literalmente, eu acho
1133 que o parágrafo segundo artigo terceiro, fala sobre o servidor efetivo, eles existem? Sim, estão
1134 cada vez mais escassos? Sim, alguns tem dificuldade para trabalhar por conta do ambiente de
1135 pressão política econômica? Sim. Isso é uma coisa. Então eu estou falando uma coisa na Câmara
1136 técnica, a outra é um grupo de trabalho que vai se organizar e realizar eventos, seja seminários,
1137 workshop e outras coisas e com certeza outras pessoas do estado são muito bem-vindas. Então a
1138 gente não tem nenhum problema com relação a isso. Suplente do IAT Danielle Tortato - Sim eu
1139 entendi isso Doutora, na verdade quando eu falei que não teria uma pessoa, é porque dentro do
1140 Instituto das águas o Scroccaro não identificou ninguém com o perfil que pudesse contribuir com
1141 o GERCO, porque são todos Engenheiros, tanto é que ele me colocou porque eu sou a única
1142 bióloga. O Scroccaro também é Engenheiro, o que eu quero dizer é que as pessoas que estão lá,
1143 elas desenvolveram a parte profissional em outras áreas, que ele entendia que essas pessoas não
1144 poderiam contribuir no GERCO, talvez ele esteja errado, mas ele conhece essas pessoas há 30
1145 anos, então assim, por isso que ele não colocou na época, hoje o IAT é outro cenário, não me
1146 entenda errado, por favor. Promotora de Justiça Doutora Priscila - Só para concluir esse assunto e
1147 fica bem claro na ata, acho que vai ser a quinta ata que volta esse assunto, eu não estou
1148 questionando as motivações boniferas da diretoria e que eles buscaram os melhores profissionais
1149 para estar aqui, eu não tenho dúvidas disso, agora a gente tem que cumprir a lei e existe um pouco
1150 de dificuldade sim, de certos setores do estado entenderem que tem uma norma que tem que ser
1151 cumprida. Agora dentro da atual composição do IAT, considerando que foi que houve essa fusão,
1152 isso vai ser perfeitamente exequível, eles vão poder trazer a equipe efetiva como a norma exige
1153 sem prejuízo, como eu disse, de forma alguma tirar do debate pessoas com experiência, pessoas
1154 preocupadas com o direcionamento costeiro, de forma nenhuma tirar qualquer servidor público,
1155 qualquer que seja o seu vínculo de trazer aporte para discussão, pro debate técnico, de trazer
1156 contribuições e até de organizar eventos. Não é isso a questão, a questão é assim uma coisa são
1157 servidores dispostos a contribuir, a outra coisa é aqueles que estão aptos estatutariamente para
1158 integrarem uma câmara técnica, é só a gente diferenciar isso, o estado respeitar suas próprias
1159 normas. Existem sim servidores efetivos, muitas vezes a vida deles está difícil porque exige muita
1160 pressão política econômica, existe empreendedores tentando mandar licenciamento ambiental, não
1161 permitindo que os órgãos elementais façam o seu dever, então assim às vezes é difícil e muitos
1162 infelizmente se aposentaram, deixando um GERCO monumental, então a gente tem que respeitar a
1163 norma sim, sem prejuízo de ter ali, grandes contribuições de quem quer que seja que possa ajudar
1164 nessa agenda tão complexa. Professor Daniel Telles - Bom então assim, o encaminhamento a
1165 Dailey sugere deixarmos a semana do dia 9 a 13 para o workshop e depois a gente entra em ajustes
1166 finos a princípio este grupo que já foi aqui sugerido Ministério Público, Universidade, o terceiro
1167 setor, a CT-GERCO, secretaria executiva. Então nós quatro, Dailey, Rosana, Priscila e eu. Nós
1168 quatro iniciaremos a desenhar esse evento e ficamos no aguardo de uma indicação do IAT,
1169 Danielle, foi bem importante sua colocação, ficou bem claro com a situação dilema e a gente
1170 espera que o IAT de um retorno. Secretaria executiva Rosana Bara Castella - Só para esclarecer,

1171 vamos fazer dois encaminhamentos, porque é importante que a Doutora Priscila está sempre
1172 enfatizando nessa pauta, de mandar um ofício ao IAT para indicar um representante efetivo. Eu
1173 vou precisar consertar a resolução para tirar o instituto das águas tudo e deixará o IAT, para poder
1174 ter uma coisa mais legal. Promotora de Justiça Doutora Priscila - Rosângela, a minha proposta,
1175 sim a gente tira os três órgãos e podem o IAT e que inclusive já tem a Rosângela hoje
1176 oficialmente, o IAT não vai sofrer nenhum prejuízo, como eu falei, isso não quer dizer que os
1177 outros não posso participar, todo mundo aqui é bem-vindo à uma reunião pública. A minha
1178 proposta seria a seguinte, a gente ficou sem a ANTAQ, eu acho que foi um deep na época, a
1179 ANTAQ pode contribuir muito no trabalho principalmente oceanográfico, a ANTAQ trabalha
1180 muito a parte oceanográfica e acho que seria um ganho. A capitania eu acho que já é membro.
1181 Secretaria executiva Rosana Bara Castella - Já, eles não têm vindo participar, tem vários, tem o
1182 IBAMA, o ICMBio, tem muita gente que não está vindo participar na verdade. Promotora de
1183 Justiça Doutora Priscila - Eu acho que esse caso, Rosana, é bom você falar isso para gente reforçar
1184 a essas pessoas, eu vou reforçar então os membros atuais, que devem participar sim, a presença
1185 deles é importante. Secretaria executiva Rosana Bara Castella - O município mesmo não está vindo
1186 participar, foi mandado para AMLIPA e a AMLIPA indicou o Municipal de Matinhos para
1187 representar aqui, eu tenho um representante de Matinhos também que não está vindo participar.
1188 Promotora de Justiça Doutora Priscila - E tem outra coisa que é bom constar aqui na ata, além dos
1189 representantes, digamos assim “oficiais”, eu acho que a depender da pauta a gente pode convidar
1190 outras pessoas, então assim, por exemplo a pauta da engorda a gente chama o município de
1191 Matinhos, dependendo da pauta a gente traz outros órgãos que tratam da questão, então
1192 independentemente dos membros efetivos da CT-GERCO, depende da pauta com antecedência de
1193 15 dias, chama outros convidados que possam contribuir, tirar nossas dúvidas, até professores da
1194 Federal, gente das ONGS e etc. Secretaria executiva Rosana Bara Castella - Eu estou entendendo,
1195 mas só para esclarecer, você quer que eu reveja a resolução 43. Rosangela - Rosana, eu queria
1196 dizer o seguinte, seria bom rever a resolução e encaminhar o ofício para o Everton, que é o
1197 presidente do IAT, para realmente ele fazer uma delegação de nomes, porque veja, ele é o
1198 suplente, ele é o titular e o Celso também, mas é impossível ele participar. Então sempre seria eu a
1199 participar, mas no caso de quando eu não poder participar, eu acho que deveria ser eu e um outro
1200 efetivo como suplente, para que na possibilidade de dias de reuniões eu não poder participar,
1201 porque eu realmente tinha outra reunião e não tive ninguém para indicar, porque eu era suplente.
1202 Acho que isso deveria que ser visto. Secretaria executiva Rosana Bara Castella - Eu vou enfatizar
1203 isso na hora que a gente passar o Ofício, solicitando a indicação. Promotora de Justiça Doutora
1204 Priscila - Rosana, tecnicamente se o Everton em razão da sua ocupação e de fato é uma pessoa
1205 preocupada, ele não puder constar como titular, ele pode nomear a Rosângela como titular e outro
1206 efetivo suplente. Só para deixar claro, não é um grupo decisório deliberativo, então nenhuma
1207 questão política pública é meramente técnico e a Rosângela pode periodicamente reportar para ele
1208 as agendas antes e depois, deixar ele a parte do que está sendo discutido, então mesmo que ele não
1209 seja por exemplo o nome, a Rosângela pode ter uma agenda a cada período para reportar o que
1210 está acontecendo aqui e ele ter ciência. Aí ela teria um outro suplente ou outro servidor que atue
1211 junto, para cobrir quando ela não poder participar. Secretaria executiva Rosana Bara Castella - Eu
1212 vou rever a resolução, daí vou ter que dar novamente para o secretário fazer um adentro desta
1213 resolução, não sei como que seria, como é que nós vamos trabalhar isso, eu não tenho ideia dessa
1214 parte jurídica se dá para fazer ou faz outra resolução cancelando essa? Promotora de Justiça
1215 Doutora Priscila - Não, é só ver com a Ednéia que tem bastante experiência, eu vou dar uma

1216 sugestão aqui, embora isso tem que passar pelo advogado efetivo, porque só o advogado efetivo
1217 pode dar parecer em processo, falar com a Ednéia. É suprimir o Águas e ITCG, porque eles foram
1218 fundidos na 2009 no IAT, manter o IAT e ele pode manter as mesmas pessoas indicadas. E a
1219 minha sugestão seria incluir nessa vaga que vai sair, a gente traz a ANTAQ, especialmente a
1220 ANTAQ local, tem uma ANTAQ que é Paranaguá/Curitiba, que nem a SPU, tem a ANTAQ
1221 Paraná. Então a gente traria à ANTAQ no lugar desses órgãos que estão saindo e não mudar nada
1222 na resolução, continua idêntica. Isso mantê-la igualzinha, só que o IAP troca por IAT e tira o
1223 ITCG. Secretaria executiva Rosana Bara Castella - Entendi, mas nós só vamos fazer uma
1224 conformidade com a resolução. Eu entendi agora. Adequar ela para a nova legislação. Promotora
1225 de Justiça Doutora Priscila - Você vai tirar três incisos e vai virar um, aí você faz a ANTAQ junto,
1226 não tem prejuízo, foi como eu falei assim Rosana, se eles perguntarem “a, mas a gente quer mais
1227 gente”, não tem problema, se o IAT quiser trazer 20 pessoas para a reunião, ele pode trazer. O fato
1228 de não ser membro efetivo não muda nada, se nessa reunião quero levar 10 pessoas, ótimo.
1229 Secretaria executiva Rosana Bara Castella - Se a Danielle quiser sempre participar, ela vai estar
1230 sempre participando. Promotora de Justiça Doutora Priscila - Super bem-vinda totalmente, ela é
1231 bem-vinda para participar, para falar, para se envolver. Todo mundo é muito bem-vindo. Professor
1232 Daniel Telles - Perfeito, mas só tem que dar uma checada se a capitania está presente, no
1233 regimento não está a capitania de portos, talvez na resolução, tem que dar uma olhada se a
1234 resolução e o regimento estão conversando e a capitania é fundamental, porque nem todo assunto,
1235 como bem elucidou a Lucie, é de caráter ambiental, tem caráter patrimonial, têm caráter soberano,
1236 linha de costa, segurança. Acho que é importantíssimo essa aproximação da marinha. Secretaria
1237 executiva Rosana Bara Castella - Podemos acrescentar na resolução então. Representante do SPU
1238 Lucie Winter - São duas coisas a capitania super importante e a ANTAQ principalmente nas ações
1239 ligados aos portos. Professor Daniel Telles - Bom de encaminhamento acho que já estão feitos, eu
1240 não sei Rosana, podemos deixar assim, o GT do TR, o workshop tem uma semana de sugestão e a
1241 revisão da composição do artigo 3º do Regimento. Da minha parte é isso, então um abraço a todos,
1242 bom final de semana. Secretaria Executiva Rosana Maria Bara Castella - Obrigado pela presença
1243 de todos.